



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL RIO PRETO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO



A ESCOLA QUE QUEREMOS. Desenho da estudante Valéria Santos de Lima – 6º ano C

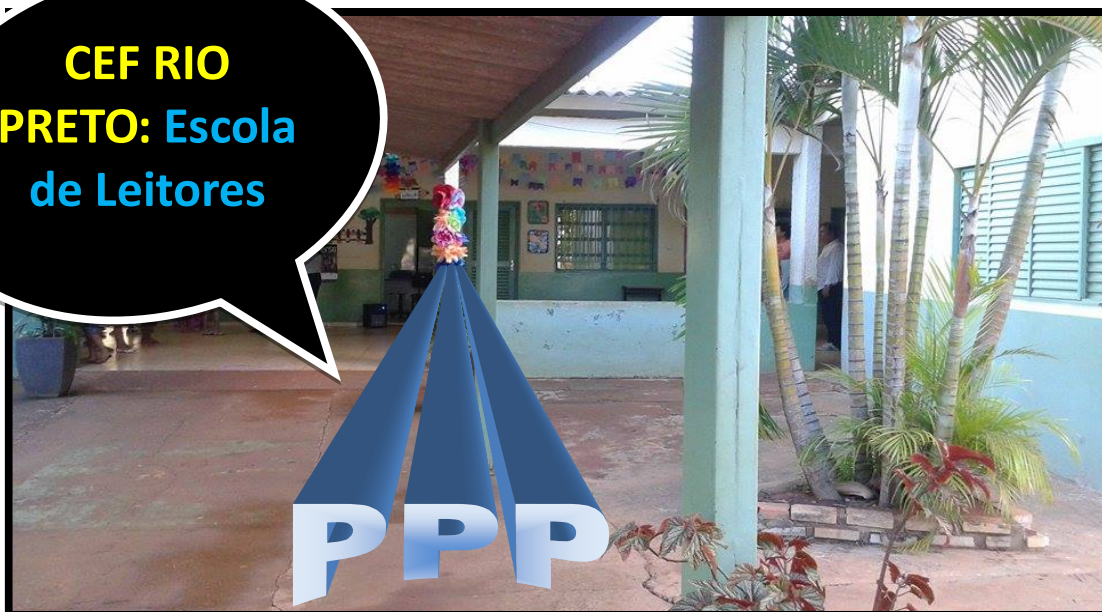
2018/2019



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL RIO PRETO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO CEF RIO PRETO: ESCOLA DE LEITORES

**CEF RIO
PRETO: Escola
de Leitores**



PLANALTINA, BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL

MAIO/2018



A ESCOLA QUE QUEREMOS.
Desenho do estudante Gabriel Alves Marques – 7º ano A

Aprender não é acumular certezas

Nem estar fechado em respostas

Aprender é incorporar a dúvida e estar aberto a múltiplos encontros

Aprender não é dar por consumada uma busca

Aprender não é ter aprendido

Aprender não é nunca um verbo do passado

Aprender não é um ato findo

(...)

Aprender é debruçar-se com curiosidade sobre a realidade

É reinventá-la com soltura dentro de si

Aprender é conceder lugar a tudo e a todos

E recriar o próprio espaço

(...)

Aprender não é conquistar nem apoderar-se, mas peregrinar

Aprender é estar sempre caminhando, não é reter, mas comungar.

Tem que ser um ato de amor para não ser um ato vazio.

Paulo Freire

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO

Coordenação Regional de Ensino: Planaltina

Nome: Centro de Ensino Fundamental Rio Preto

Endereço: DF 250/ DF320 Km 10 – Núcleo Rural Rio Preto

Número do INEP: 53006020

Fone: (61) 99828 9024

Email: cefriopretodf@gmail.com

CEP: 73390-200

EQUIPE GESTORA

DIRETORA: Filomena Sousa Caldas

VICE-DIRETOR: Bento Alves dos Reis

SUPERVISORA: Silon Silva de Ataíde

CHEFE DE SECRETARIA: Clóvis Inácio Cosmo

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:

COORDENADORAS PEDAGÓGICAS:

1º e 2º CICLOS: Keike Ferraz Braz

3º CICLO: Cleusa Teresinha da Silva

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL:

ORIENTADORA EDUCACIONAL: Elde Aparecida Batista de Andrade

EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

2018/2019

Bento Alves dos Reis

Elde Aparecida Batista de Andrade

Filomena Sousa Caldas

Keike Ferraz Braz

Cleusa Teresinha da Silva

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. HISTORICIDADE DA ESCOLA	10
3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR	14
4. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	19
5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	25
6. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	27
7. CONCEPÇÕES TEÓRICAS	29
8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA	33
9. CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO	41
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA	52
11. PLANO DE AÇÃO	76
12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP	101
13. PROJETOS ESPECÍFICOS	102
14. PROJETOS INTERDISCIPLINARES DA PARTE DIVERSIFICADA	105
15. EVENTOS	109
16. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS.....	115
ANEXOS	118

1. APRESENTAÇÃO

O **CEF Rio Preto** - Centro de Ensino Fundamental Rio Preto - é uma escola do campo localizada à DF250/ DF320 Km 10, no Núcleo Rural Rio Preto, a aproximadamente trinta e cinco quilômetros de distância da sede da Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, a qual se encontra vinculado. A escola atende estudantes moradores do Núcleo Rural Rio Preto, Núcleo Rural Barra Alta, Núcleo Rural Rajadinha e adjacências do **primeiro ciclo** de aprendizagens (1º e 2º períodos da educação infantil), do Bloco I (1º ao 3º anos do ensino fundamental) do Bloco II (4º e 5º anos) do **segundo ciclo** de aprendizagens, além dos estudantes do **terceiro ciclo** do ensino fundamental (6º ao 9º anos). A partir de 2018, a escola adota a organização escolar em ciclos de aprendizagem em todas as etapas e anos.

O PPP - Projeto Político-Pedagógico - da unidade de ensino é definido pelo coletivo dos profissionais de educação que trabalham no Centro de Ensino Fundamental Rio Preto como “o documento de identidade da escola, pois é nele que se apresenta a escola que temos e projetamos - a escola que queremos, no qual se definem os caminhos a serem percorridos para alcançar o sucesso dos estudantes.” Nesse sentido entende-se o PPP como um referencial para todo o trabalho pedagógico a ser desenvolvido na Unidade de Ensino.

Consoante as orientações da Secretaria de Estado de Educação “o Projeto Político-Pedagógico é o instrumento que orienta o trabalho pedagógico e a coordenação pedagógica, espaço-tempo de reflexão sobre a escola que temos e a escola que queremos” (SEE-DF, 2014)

O termo **projeto** indica plano, intento, vem de projetar que significa lançar-se adiante. Assim, o projeto é redação preliminar das intenções da escola. Conforme LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI (2003, p. 345- 346), “é um documento que reflete as

intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar, tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os estudantes”.

Já o termo **político**, de acordo com VEIGA (1995) reflete “o compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade” e, por isso, deve propor alterações na organização do trabalho pedagógico da escola, contemplando as dimensões pedagógica, administrativa e financeira, num processo permanente de reflexão e discussão de seus problemas, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade que também é política, ou seja, envolve opções que não são neutras. (SEE-DF, 2014). Considerar o projeto como “político” relaciona-o ao exercício da política de cuidar do que é público, ter habilidade no trato das relações humanas, gerir bem. Politizar na escola é fomentar nos seus estudantes e demais membros da comunidade escolar a consciência dos direitos e deveres dos cidadãos. A ação política que promove a concentração de pessoas ao redor de ideais, é essencialmente democrática. (DIAS, 2003, abud SEE-DF, 2014)

O termo **pedagógico**, por sua vez, refere-se à dimensão que possibilita a efetivação da finalidade da educação, que é o ato de ensinar e de aprender. O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente.

Por meio do documento: Orientações Pedagógicas do PPP e da Coordenação Pedagógica nas Escolas, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal afirma que todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da maioria da população. É **político** no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade [...] **Pedagógico**, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 1995, p. 13).

Assim sendo, o PPP do CEF Rio Preto é a expressão política de sua comunidade escolar, ou seja, é o documento base no qual está contida sua filosofia, suas concepções de sociedade, de educação, de homem. Dele faz parte a organização curricular que é considerada sua essência, o que a escola tem de melhor para oferecer aos seus estudantes. E, é justamente aí que se revela a **gestão democrática**: na seleção dos conteúdos relevantes e historicamente construídos, por parte dos professores, ouvindo também os estudantes e suas famílias, funcionários - sujeitos, que por meio do trabalho coletivo, constroem suas consciências pessoais e sociais, a cidadania. Eles trazem consigo elementos de um currículo implícito, emergente e necessário para discutir questões da sociedade atual que diretamente afeta a vida da comunidade escolar. Consolidar a cultura da participação significa construir a gestão democrática e conseqüentemente, formar cidadãos por meio de uma educação integral e emancipatória onde o direito e a responsabilidade norteiam a formação do cidadão consciente.

Ao denominar o Projeto Político-Pedagógico: “**CEF Rio Preto: uma escola de leitores**” a comunidade escolar lançou um audacioso desafio aos estudantes, professores e demais profissionais da educação: garantir as aprendizagens de todos tendo a leitura como meio e fim. Para tanto, é preciso superar desafios integrando conhecimentos das diversas áreas e da vivência comunitária com as informações disponíveis num mundo cada vez mais globalizado e conectado por meio das mídias sociais, incentivando e fomentando o hábito da leitura como uma forma de aprendizagem, educação para a cidadania e inclusão social.

Este projeto foi construído coletivamente por meio da participação de todos os sujeitos do processo educativo na instituição educacional. A equipe responsável pela sistematização do PPP realizou encontros de formação com os profissionais da educação que visavam fundamentar a participação de todos com estudos acerca dos documentos que viriam a embasar a reelaboração deste PPP. A comunidade está mobilizada desde o ano de 2015 em prol da construção de um projeto que efetivamente

retratasse a realidade e os anseios da comunidade. Eis que nasceu o Projeto Político-Pedagógico: “CEF Rio Preto – Escola de Leitores” que apresenta à comunidade uma ferramenta efetiva de participação coletiva nas decisões da escola e o seu acompanhamento, o qual a escola adotou em 2016 e 2017 e reafirma com as adequações aqui propostas para os anos de 2018 e 2019.

Os PPPs dos anos anteriores a 2016 eram omissos quanto à concepção e prática de gestão escolar à luz da lei de gestão democrática, pois apenas apresentava os objetivos e o papel da equipe gestora. Para corrigir essa distorção, desde o início de 2015, a escola tem se organizado por meio dos órgãos colegiados, no intuito de reelaborar coletivamente o PPP da escola, a fim de torná-lo um documento vivo e onde estejam representados os princípios da gestão democrática. Nesse sentido, a **coordenação pedagógica** tem se tornado um espaço-tempo de formação continuada, de estudo dos documentos da SEE-DF, bem como do debate sobre a escola que queremos. Estamos num movimento de reconstrução da identidade escolar por meio da reelaboração do PPP. A conclusão do processo de reescrita deste documento não coloca fim a esse movimento, já que se trata de um círculo virtuoso que inclui: diagnóstico, planejamento das ações e sua execução, bem como a avaliação e reconstrução. Dessa forma, os PPP's de 2016 até este de 2018 foram elaborados nessa perspectiva.

Outras ferramentas utilizadas para garantir a participação da comunidade na reelaboração do PPP foram o Conselho de Classe Participativo (**Anexo 1**), realizado bimestralmente e o Planejamento e Avaliação Institucional (realizado nos chamados dias letivos temáticos, previstos no Calendário Escolar). No primeiro, realizado em quatro momentos há a participação de professores/as, orientadora educacional, estudantes, demais profissionais da escola, equipe gestora e as famílias dos estudantes; no segundo a participação das famílias foi mais tímida, tendo em vista tratar-se de dia útil em que os pais, mães ou responsáveis trabalham e, além disso, há a dificuldade de transporte, uma vez que o regime de contratação de transporte escolar

da SEE-DF não permite a condução de familiares e estudantes simultaneamente e é limitada a uma vez por bimestre. Para garantir a representatividade, a equipe de sistematização do PPP convocou o Conselho Escolar e a Associação de Pais e Mestres para participação nos momentos de discussão e tomada de decisões em relação ao Plano de Ação de reelaboração deste.

O processo de reelaboração do PPP que resultou neste projeto teve início ainda no ano passado com o estudo das orientações pedagógicas, diretrizes, regimentos, resoluções e demais normativos da rede pública de ensino nas coordenações coletivas das quartas-feiras. Foi um momento riquíssimo de fundamentação do planejamento das ações. Também nesses momentos foram analisados os diagnósticos da escola, os dados da avaliação institucional, das avaliações externas e do rendimento dos estudantes. Nos Conselhos de Classe Participativos, além de levantar as necessidades dos estudantes foram apresentadas as propostas da escola desejada pelos estudantes e pelas famílias.



Uma das etapas do Conselho de Classe Participativo da Turma do 1º período (à esquerda) e do 2º período da Educação Infantil (acima) – participação das famílias com as professoras.

Nos dias letivos temáticos, além de discutir propostas para o processo de ensino-aprendizagem e de avaliar a instituição os estudantes têm contato com profissionais de outras instituições num momento de reflexão sobre temas necessários à cidadania, aos direitos humanos e à diversidade. Uma oportunidade pra reforçar os conhecimentos trabalhados em sala de aula com formas diferenciadas de aprender: palestras, dinâmica, debate, exibição de filmes sobre os temas que compõem as unidades didáticas, sempre fomentando o gosto pela leitura.

Além de discutir com os estudantes as propostas e avaliar as ações do PPP foram realizadas palestras sobre a violência contra a mulher, no intuito de atacar a cultura machista, leitura de textos que valorizam o protagonismo das meninas e mulheres, além de atividades sobre família, sexualidade e prevenção do uso de drogas, com o intuito de integrar os estudantes, os professores e a comunidade.

Momentos assim oportunizaram à comunidade participar efetivamente da reelaboração deste documento. Há de que se ressaltar a valorosa contribuição de todos os envolvidos nessa construção: coordenadores/as, professores/as, orientadora educacional, equipe gestora, demais profissionais da educação, estudantes e familiares. Cada um foi fundamental para que hoje o Centro de Ensino Fundamental Rio Preto tenha seu “RG”, sua identidade pedagógica: O PPP “Escola de Leitores”.

A revisão deste Projeto Político-Pedagógico foi apreciado pela comunidade escolar em diversos momentos e aprovado pela Assembleia Geral Escolar realizada no dia 21 de março de 2018.

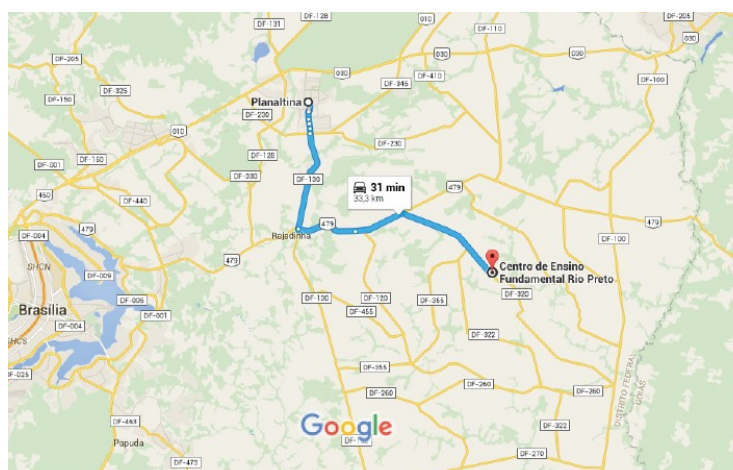
A ideia de dar continuidade a proposta de transformar o CEF Rio Preto em uma escola de leitores é fruto dos anseios da comunidade que observou um considerável avanço dos estudantes nesse aspecto. A Sala de Leitura/Biblioteca Escolar observou um número maior de leitores desde a implantação deste PPP e isso se deve muito ao Programa de Leitura aqui proposto..



Assembleia Geral Escolar para apresentação do PPP

2. HISTORICIDADE DA ESCOLA

O CEF - Centro de Ensino Fundamental - Rio Preto está situado na zona rural de Planaltina, em núcleo de mesmo nome, à DF250/ DF320 km 10, distante 35 Km da sede da região administrativa de Planaltina, Distrito Federal.



Dados do mapa ©2016 Google 5 km

A escola foi fundada no dia 14 de janeiro de 1966 por meio do Decreto nº 489 como **Escola Classe Rio Preto** e em 28 de fevereiro de 1985 através da Resolução nº 1360 foi transformada em **Centro de Ensino Fundamental Rio Preto**.

A Unidade de Ensino foi criada como Escola Classe na segunda metade da década de 1960 com o intuito de atender a comunidade, tendo em vista a dificuldade encontrada pelos camponeses, chacareiros, proprietários rurais e seus empregados em transportar as crianças até a escola mais próxima na cidade de Planaltina.



Fachada da escola, foto de 2008.

Durante duas décadas a escola acolhia apenas os estudantes da 1ª a 4ª série do ensino fundamental de oito anos, o que acabava provocando a interrupção dos estudos de boa parte destes, em função da dificuldade encontrada pelas famílias para transportá-los até a escola mais próxima. Desde 1985, a escola atende também aos adolescentes e jovens do 6º ao 9º anos do ensino fundamental e desde 2011 recebe também os estudantes da educação infantil a partir de 4 anos de idade.

O Centro de Ensino é a escola própria do núcleo rural Rio Preto, sendo sequencial de destino para a Escola Classe COPERBRÁS, EC Barra Alta e EC Classe Rajadinha e sequencial de origem do Centro Educacional Várzeas, no Núcleo Rural

Tabatinga. Conta hoje com 304 estudantes, distribuídos em 2 (duas) turmas de educação infantil e 13 turmas do ensino fundamental.

Organizada em ciclos de aprendizagem na educação infantil e no ensino fundamental, a unidade de ensino possui 2 (duas) turmas da Educação Infantil, sendo uma do 1º período (estudantes de 4 anos de idade) e uma do 2º período (de 5 anos), 3 (três) turmas do Bloco Inicial de Alfabetização, sendo uma de cada ano e duas turmas do Bloco II do Segundo Ciclo, sendo uma do 4º ano e outra do 5º ano. No terceiro ciclo do ensino fundamental há 3 (três) turmas do 6º ano, 2 (duas) turmas do 7º ano, 2 (duas) turmas do 8º ano e 1 (uma) do 9º ano do ensino fundamental.

Brioso de ser uma escola inclusiva, o CEF Rio Preto, atende 10 (dez) estudantes com deficiência intelectual matriculados nas turmas regulares atendidos e acompanhados pela Sala de Recursos Generalista do Atendimento Educacional Especializado, que conta com dois professores, sendo uma com formação em Língua Portuguesa e outro com formação na área de Ciências da Natureza e Matemática. Além disso, são atendidos na escola também estudantes com transtornos funcionais específicos: TDAH, Dislexia e TC, com o auxílio do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (Pedagogo) e SOE.

No que tange à estrutura física, o prédio principal da escola (Bloco A) ainda é o original de sua construção da década de 1960, porém em bom estado de conservação, onde hoje funciona a parte administrativa: sala de professores, sala de descanso dos servidores, cantina, depósito de gêneros alimentícios, mecanografia, sala de direção, biblioteca, sala de recursos, SOE, laboratório de informática (atualmente usado como sala de aula), almoxarifado, secretaria escolar, além de duas salas de aula. No bloco de salas de aula (Bloco B), construído há cerca de 20 anos, temos 6 salas de aula, com capacidade para 30 estudantes cada uma. Há ainda uma quadra de esportes coberta, um parquinho de areia com brinquedos de ferro.

A escola não dispõe de internet banda larga fornecida pela Secretaria de Estado de Educação, não possui telefone fixo ou móvel funcional. O acesso à escola é feito por meio de estrada pavimentada em todo o percurso da sede da RA VI – Planaltina até o portão da escola. Há rampa com acesso para cadeirantes do portão até a entrada principal do prédio.

Dependências:

Dependências	Quantidades
Salas de aula	09
Secretaria	01
Sala dos professores	01
Cantina	01
Depósito de material	02
Depósito de merenda	01
Sala de Recursos	01
Sala do SOE	01

Biblioteca	01
Sala de Coordenação	01
Banheiro feminino	01
Banheiro masculino	01
Banheiro administrativo	02

Turmas: (Dados do I-educar, em 24/04/2018)

Primeiro Ciclo: Educação Infantil

a) 1º Período: 1 turma com 10 estudantes;

b) 2º período: 1 turma com 23 estudantes.

Segundo Ciclo: Ensino Fundamental – Anos Iniciais

a) Bloco Inicial de Alfabetização: 1 turma de 1º ano com 19 estudantes; 1 turma de 2º ano com 15 estudantes e 1 turma do 3º ano com 13 estudantes.

b) Bloco II: 1 turma de 4º ano com 23 estudantes e 1 turma de 5º ano com 17 estudantes.

Ensino Fundamental – Anos Finais

3 turmas de 6º ano, sendo 1 com 16 estudantes (6º A), uma com 27 estudantes (6º B) e uma com 29 estudantes (6º C) ; 2 turmas de 7º ano, sendo 1 com 30 estudantes (7º A) e outra com 27 estudantes (7º B); 2 turmas de 8º ano, sendo 1 com 20 estudantes (8º A) e outra com 22 estudantes e 1 turma de 9º ano com 23 estudantes.

3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

O Centro de Ensino Fundamental Rio Preto está inserido na realidade de uma comunidade do campo. A maior parte dos estudantes aqui atendida são filhos de trabalhadores e trabalhadoras assalariados do campo: lavradores, operadores de máquinas e outros empregados do agronegócio. Poucos estudantes são filhos dos proprietários ou arrendatários das terras, que quase em sua totalidade são destinadas à produção de monocultura, especialmente milho, soja e feijão. Há estudantes ainda que são de famílias de moradores de um assentamento ainda não regularizado no Núcleo Rural Rajadinha, cujos pais, mães ou responsáveis são trabalhadores urbanos em regiões como Lagos Norte e Sul, Plano Piloto, Paranoá, São Sebastião, Sobradinho e Planaltina. A maioria das famílias da comunidade escolar é composta de trabalhadores assalariados: lavradores, caseiros, empregados de cooperativas agrícolas, alguns ainda

trabalham em granjas e numa fábrica de ração animal, alguns poucos são pequenos produtores da agricultura familiar.

A principal característica do corpo discente é a itinerância, justificada pelas oportunidades de trabalho que se dão em períodos de plantio e colheita. Dessa forma, muitos estudantes ficam matriculados na escola apenas durante o período do contrato de trabalho dos pais, mães ou responsáveis, que é por tempo determinado. É comum o estudante ir e voltar diversas vezes no decorrer do ano letivo.

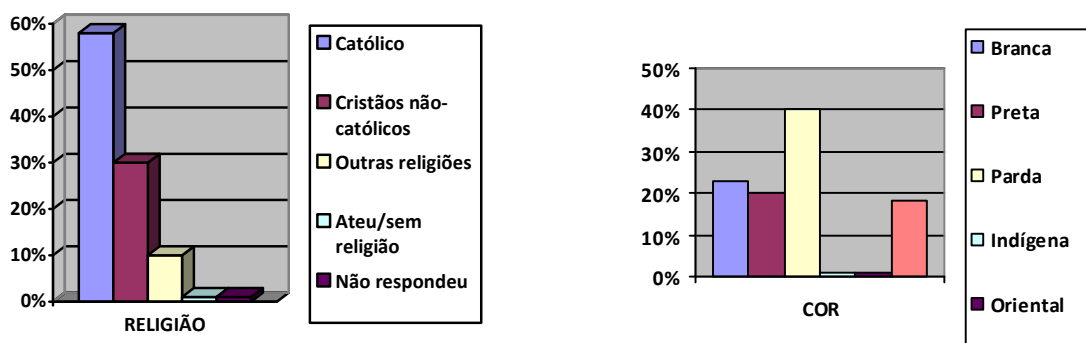
A maior parte das famílias dos estudantes reside em construções de alvenaria, abastecida com água de poços artesianos e o esgoto é lançado em fossas sépticas. Todas as moradias possuem energia elétrica e cerca 42% possuem acesso à internet, seja via rádio seja por meio de linhas móveis. Não há telefone fixo nem internet banda larga na maior parte das residências.

60% dos estudantes residem no Núcleo Rural Rio Preto, 30% no Núcleo Rural Rajadinha e os outros 10% nos núcleos rurais Barra Alta, Tabatinga, São José e outros locais. Dentre os estudantes matriculados na unidade de ensino, uma faixa de aproximadamente 85% é composta por famílias de baixa renda, cerca de 70% o responsável legal tem baixa escolaridade (menos que o 9º ano do fundamental) e em 90% das famílias o chefe de família tem ocupação. Entre os estudantes em situação de risco ou vulnerabilidade social, a maior parte reside no Núcleo Rural Rajadinha.

Em instrumento aplicado aos estudantes (**Anexo 2, instrumento 1**) verificou-se que aproximadamente 28% dos estudantes já foi reprovado pelo menos uma vez por diversas razões: mudança de escola, inadaptação às normas da escola, dificuldades de aprendizagem, não acompanhamento dos pais, mães ou responsáveis e problemas familiares. 65% dos estudantes pretendem continuar apenas estudando após concluírem o ensino fundamental e 18% pretendem trabalhar e estudar.

Em relação aos hábitos de leitura, o levantamento revelou a razão de ser deste PPP, pois a maioria revelou que o único contato com a leitura que possui é na escola ou em casa com os livros indicados pelos professores. A maioria ocupa o tempo livre assistindo TV ou navegando na internet, especialmente utilizando redes sociais. A grande maioria não lê revistas e não possuem livros de literatura em casa.

Conforme se observa nos gráficos a seguir, em relação à cor, de acordo com a classificação do IBGE, 65% se declararam de cor parda ou preta e no que tange à religião: 58% se declararam católicos, 30% protestante, 10% de outras religiões e 2% se declararam sem religião, ateu ou não responderam.



Considerando as avaliações externas, os índices da escola revelam a necessidade urgente de mudanças, já que o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) mostra que as metas não foram alcançadas. A maioria das metas estabelecidas pelo Plano de Gestão apresentado pela equipe Gestora quando do processo de Escolha pelo processo da Gestão Democrática também não foram atingidas. O que requereu necessidade de reavaliação das ações a fim de buscar as metas estabelecidas.

Gráfico: IDEB Anos Iniciais

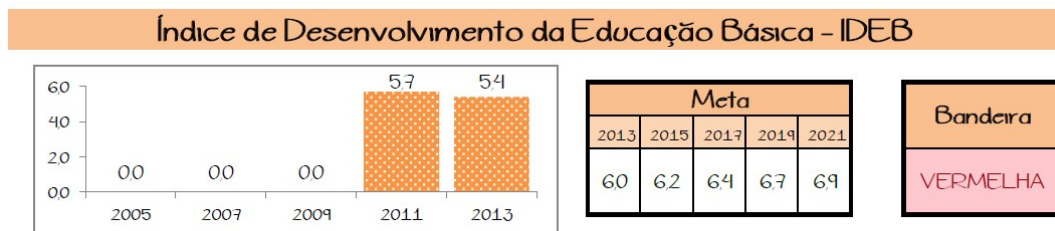
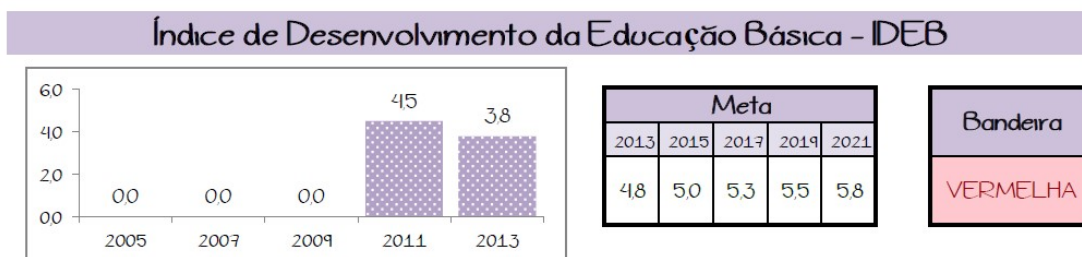


Gráfico: IDEB Anos Finais



Em 2015, o IDEB não calculou o desempenho dos anos iniciais, em função do quantitativo de estudantes que realizou a prova estar abaixo do que determina o INEP. Nos anos finais o índice foi de 4,2, acima da média apresentada em 2013 (3,8), mas ainda inferior àquela alcançada em 2011 e à meta projetada de 5,0 para o ano de 2015.

Os dados traduzem a necessidade de adoção de medidas que recuperem as aprendizagens dos estudantes visando seu sucesso. Os números revelaram ainda que a maior deficiência dos estudantes, constatada pela análise dos dados por parte da Secretaria de Educação do DF, é na leitura e interpretação. Assim, faz-se preciso que a escola adote medidas que visem corrigir as falhas no processo de aquisição da linguagem e no letramento linguístico e matemático, especialmente entre os estudantes dos anos finais do ensino fundamental.

Dados extraídos do I Educar mostram que os resultados obtidos pelos estudantes da Unidade de Ensino tiveram avanços em relação a anos anteriores. Em

2017, o índice de reprovação caiu e o de evasão também, enquanto o número de aprovados avançou.

REPROVAÇÃO

	3º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
2015	11%	0%	14%	15%	23%	16%
2016	18%	8%	5%	2%	10%	0%
2017	18%(5)	6%(1)	3%	0%	0%	0%

ABANDONO/ EVASÃO/REP. FALTA

	3º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
2015	0%	0%	0%	6%	4%	0%
2016	0%	0%	0%	2%	0%	0%
2017	0%	0%	8%	2% (1)	0%	0%

Esses dados revelam que trabalhar com a organização escolar em ciclos e a realização de projetos interventivos é fundamental para redirecionar a prática para o alcance dos objetivos e das metas estabelecidas pela própria unidade de ensino. A avaliação institucional tem papel preponderante no diagnóstico, no planejamento, na execução e na própria avaliação, seja das aprendizagens, institucional ou de rede. A fim de dar continuidade aos avanços alcançados, este PPP apresenta além da Leitura, os temas integradores: **“Sem ciência não há futuro”** e **“Família: a base da cidadania”**. A escolha destes temas tem como objetivo promover o gosto pela produção de ciências, tornando-a viva e atraente. A inclusão da família como tema integrador da organização curricular é necessária e oportuna, pois uma escola não se faz sem a efetiva participação do núcleo familiar.

4. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Ao se discutir a função social da educação e da escola, a comunidade escolar entende a educação enquanto prática social que se dá nas relações sociais que os sujeitos estabelecem entre si, nas diversas instituições e movimentos sociais, sendo, portanto, constituinte e constitutiva dessas relações. Assim, a escola, no desempenho de sua função social de formadora de sujeitos históricos, precisa ser um espaço que possibilite a construção e a socialização do conhecimento produzido, vivo e que se caracteriza como processo em construção.

A educação, como prática social que se desenvolve nas relações estabelecidas entre os grupos, seja na escola ou em outras esferas da vida social, se caracteriza como campo social de disputa hegemônica, disputa essa que se dá "na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classes" (FRIGOTTO, 1999, p. 25). Assim, a educação se constitui numa atividade humana e histórica que se define na totalidade das relações sociais.

No que tange à escola do campo, o Currículo em Movimento da Educação Básica da SEE-DF considera que a função social da escola é a construção de uma sociedade que rompa com a ideia de dominação econômica de uma classe sobre a outra, constituindo uma escola vinculada à realidade dos sujeitos do campo, inclusive tendo como base referencial os saberes dos próprios estudantes, ou seja, cabe à escola ser um espaço de transformação social, de resistência e luta por uma sociedade justa e solidária que dê visibilidade à população do campo, tornando-a agente de sua própria história, valorizando sua cultura, seus costumes, sua produção material e imaterial. Nesse sentido, é função da escola reconhecer o estudante do campo como sujeito de transformação social, considerando os movimentos e organizações que representam suas famílias como parte integrante do processo de construção do

conhecimento e da gestão da escola. Assim diz o Currículo em Movimento da SEE-DF quanto à função social da escola:

A escola e a sala de aula são uma construção histórica, cujas funções foram pautadas na ideia do acúmulo de riqueza de uma classe por meio de outra. Para tanto, a escola pública do DF atua para que a função social da escola seja a construção de outra sociedade, quando instaura procedimentos para que a legislação seja cumprida. (...) a identidade da escola do campo “é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade”, sem deixar de fora os movimentos sociais e a defesa de projetos vinculados às soluções exigidas, com vistas à garantia da qualidade social da vida coletiva no país.

Nesse sentido, o debate com a comunidade escolar e o diálogo permanente com profissionais da educação, estudantes e suas famílias têm sido fundamental para que a equipe gestora ajuste o plano de gestão às necessidades evidenciadas pelos diversos mecanismos de escuta estabelecidos na legislação e neste projeto político-pedagógico. A concepção de escola que queremos parte necessariamente do diagnóstico feito a partir dos instrumentos utilizados nos diversos momentos de avaliação processual das ações realizadas desde a aula, propriamente dita, aos projetos e demais realizações do coletivo escolar.

A sociedade tem grande participação na ampliação de valores, nas mudanças necessárias dentro das escolas. O ensino não é algo acabado e sim fato em contínua construção. O professor deve valorizar a cultura de cada ser, cada um traz de casa sua própria bagagem. A educação deixa de ser didática e taxativa para se tornar reflexiva, crítica e apta às mudanças.

A função social da escola, em todas as suas instâncias, distingue-se de outras práticas educativas. A sua função está em proporcionar um conjunto de práticas

preestabelecidas tem o propósito de contribuir para que os estudantes se apropriem de conteúdos sociais e culturais de maneira crítica e construtiva. (LÓPEZ, 2000. p. 34)

Ao considerar a função social da escola estamos dando um novo sentido à educação, pois é seu papel não somente lançar o conteúdo, mas formar para cidadania e democracia. Essa função social deve estar além das fronteiras geográficas da escola, deve buscar a comunidade de forma a fazer com que esta entenda que a parceria escola-família funciona é eficaz na formação dos estudantes.

É no universo da escola que o estudante vivencia situações diversificadas que favorecem o aprendizado, para dialogar de maneira competente com a comunidade, aprender a respeitar e a ser respeitado, a ouvir e ser ouvido, a reivindicar direitos e cumprir obrigações, a participar ativamente da vida científica, cultural, social e política do país e do mundo.

O papel formal da Escola é o de ser a principal responsável pela organização, sistematização e desenvolvimento das capacidades científicas, éticas e tecnológicas de uma nação. Inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, sua qualificação para o trabalho, bem como, meios para progredir nele e em estudos posteriores. (MARQUES, 1997)

Não há que se falar em função social da escola sem destacar o papel da família, pois é na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que se aprende a perceber o mundo e se situar nele. É a família formadora da primeira identidade social. Ela é o primeiro ponto de referência da criança, do adolescente ou do jovem. É nessa instituição, pois, que se dão os primeiros contatos com o mundo das regras dos valores vigentes na sociedade. Ao se constituírem nas primeiras referências e figuras da autoridade, os pais, mães ou responsáveis se tornam responsáveis pelas diversas

formas com que seus filhos irão lidar posteriormente com os limites impostos pela vida em sociedade. Ao assumir esse papel formador, a família participa com a escola de um projeto comum, que é o da formação/educação da criança e do adolescente.

Relacionados os sustentáculos formais da relação família/ escola/ educação é importante pontuar ainda alguns aspectos. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a família independente do modelo como se apresente, pode ser um espaço de afetividade e de segurança, mas também de medos, incertezas, rejeições, preconceitos e até de violência. Assim, é fundamental que se conheça os estudantes e as famílias com as quais se lida. Quais são suas dificuldades, seus planos, seus medos e anseios? Enfim, que características e particularidades marcam a trajetória de cada família e, conseqüentemente, do educando a quem a escola atende. Essas informações são dados preciosos para que se possa avaliar o êxito das ações e enquanto educadores, identificar demandas e construir propostas educacionais compatíveis com a nossa realidade. (OUTEIRAL & CEREZER, 2003)

Ressalte-se que o Centro de Ensino Fundamental Rio Preto, em conformidade com a Constituição Cidadã do Brasil de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal do artigo 226 da CF por meio da ADI 4.277/DF, reconhece todas as formas de arranjo familiar e, assim, no lugar de termos como “pais e responsáveis” será utilizado o termo “família”, mais apropriado e adequado para a inclusão de todos os modelos de constituição familiar, não negando que boa parte dos grupos familiares da comunidade escolar é chefiada por mulheres, acolhendo ainda famílias formadas apenas por mãe e seus filhos, pai e seus filhos, avô e avó que educam seus netos, tios e tias, irmãos e irmãs mais velhos, casais homoafetivos e casais heterossexuais com seus filhos biológicos ou adotados. Desse modo, a escola concede a família seu *status* de educadora primeira das crianças, adolescentes e jovens.

Garantir a participação da família na escola é fundamental para a gestão democrática, pilar da educação no Distrito Federal, consoante a Lei Orgânica do DF. No

entanto, é preciso ter clareza do que se entende por “participar”. Será que é estar presente nas reuniões para ouvir informações burocráticas e queixas referentes ao comportamento dos estudantes? Será que é ter acesso a decisões previamente estabelecidas? Será que é ajudar a organizar a festa junina da escola? Será que é poder ouvir e falar? Será que é a possibilidade de uma ação coletivamente construída por todas as partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem, na qual se compartilhar equitativamente, resguardadas as particularidades dos sujeitos envolvidos, a possibilidade de planejar, decidir e agir? Enfim, muitos podem ser o significado da palavra participar (OLIVEIRA, 2002).

O significado da palavra participação deve estar bem claro para ambas as partes – escola e família – pois esta não pode se limitar a busca de notas e de problemas relacionados ao estudante, mas deve ser uma participação verdadeira, onde as famílias serão também responsáveis pela instituição escolar e pela sua atuação, sabendo cobrar e contribuir no momento certo.

De modo geral, a participação das famílias deve se concretizar no auxílio à atuação pedagógica escolar. Isso implica propiciar a escola o suporte necessário para que educação escolar seja o fruto de coordenação e coerência entre as atuações dos professores e da família. Por parte da escola, essa participação da família deve ser considerada no próprio planejamento das tarefas que os professores realizam que, ao planejar o que fazer, deve ressaltar a importância do papel da família.

Neste sentido, buscar a participação da família na escola é de fundamental importância para que esta parceria se efetive. Falar de algo que lhe agrada e promover a interação entre o saber popular e o científico é um dos pilares deste projeto, que procurará trazer a família para a escola, no intuito de que estes aprendendo coisas importantes para o seu dia-a-dia também descubra como eles são importantes para a educação de seus filhos. Devem ainda saber que a sua presença na escola fortalecerá essa relação e fará com que a escola consiga cumprir sua função social. Os principais

instrumentos que se pretende fortalecer para a efetiva participação da família é o Conselho de Classe Participativo, o Conselho Escolar e a Assembleia Geral Escolar.

Nessa perspectiva, o CEF Rio Preto trabalha com projetos educacionais comprometidos com o desenvolvimento de ações que permitam ao indivíduo intervir na realidade para transformá-la, “lembrando” que a principal função da escola é a de promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de seus estudantes, ou seja, a formação integral para o exercício cidadania plena.

5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal afirma que de acordo com o marco normativo brasileiro, é princípio e finalidade da educação a formação de cidadãos. Tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB estabelecem que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O cidadão pleno é aquele que consegue exercer, de forma integral, os direitos inerentes à sua condição. A cidadania plena passa a ser, desse modo, um ponto de referência para a permanente mobilização dos sujeitos sociais. (SEE-DF, PPP Professor Carlos Mota, 2013)

A fim de atender a missão da escola como formadora de cidadãos plenos, este projeto se fundamenta na perspectiva do currículo integrado. Conforme prevê o Currículo em Movimento da Educação Básica da SEE-DF, o currículo integrado pode ser visto como um instrumento de superação das relações de poder autoritárias e do controle social e escolar, contribuindo para a emancipação dos estudantes através do conhecimento, assegurando a eles, também, o exercício do poder. Dentro da perspectiva de Currículo Integrado, os princípios orientadores são: **unicidade entre teoria e prática, interdisciplinaridade, contextualização, flexibilização**. Esses princípios são centrais nos enfoques teóricos e práticas pedagógicas no tratamento de conteúdos curriculares, em articulação a múltiplos saberes que circulam no espaço social e escolar. As aprendizagens dos estudantes perpassam especialmente por sua realidade, sua história, seu lar e vizinhança, família e experiências vividas.

O Projeto Político-Pedagógico do Centro de Ensino Fundamental Rio Preto está embasado em uma educação que prioriza os princípios da qualidade e da equidade, ou seja, uma educação aberta a novas experiências, a novas maneiras de ser, a novas ideias; para conviver com as diferenças e respeitá-las, educando com autonomia,

eficácia e eficiência com foco no sucesso escolar do estudante, propiciando ao educando a construção de conhecimentos, atitudes e valores que o tornem solidário, crítico, ético e participativo.

Para garantir a efetividade na sala de aula do princípio da **unicidade entre teoria e prática** prevista no currículo, o CEF Rio Preto propõe ações pedagógicas que não se limitem às paredes da sala de aula ou aos limites que cercam a instituição. Os conhecimentos historicamente e cientificamente constituídos não devem ter um fim em si mesmos, mas estarem a serviço do estudante para transformar sua realidade. Nessa perspectiva, a equipe gestora pautará seu plano de gestão em ações que tirem a gestão democrática do papel e leve para ações práticas, trazendo a comunidade não apenas para apreciar propostas, mas também para propor. Na sala de aula, o professor tem a função primordial de fazer uma reflexão acerca das aprendizagens para que os estudantes consigam se enxergar e se sentir sujeitos do conhecimento por meio do diálogo e da disposição para repensar cotidianamente a organização da aula (SILVA, 2011 apud Currículo em Movimento, SEE-DF, 2014), com a clareza do “Para que ensinar? O que ensinar? Como ensinar? O que e como avaliar?”.

OS princípios da **interdisciplinaridade** e **contextualização** se tornam presentes quando a ação pedagógica prevê modos de trabalhar o conhecimento buscando a reintegração de procedimentos, que antes estavam isolados uns dos outros. Para tanto, o planejamento coletivo e a organização curricular por meio de unidades didáticas possibilitam uma visão mais adequada e abrangente da realidade, que muitas vezes se apresenta de maneira fragmentada. Para garantir que a interdisciplinaridade se efetive em sala de aula, necessário se faz que os professores dialoguem, rompendo com a solidão profissional característica das relações sociais e profissionais na modernidade.

Este PPP vai assegurar os princípios da interdisciplinaridade e contextualização desde o planejamento até a prática da sala de aula por meio do fortalecimento da

coordenação pedagógica como um espaço possível de integração entre os diversos componentes curriculares, de modo a organizar os conteúdos a partir dos temas definidos pelo coletivo da escola, de forma que atendam os anseios da comunidade, pois, assim, no entendimento do corpo docente é possível intervir na realidade para transformá-la.

O CEF Rio Preto tem o intuito de promover a integração entre família, estudantes e professores e criar uma relação onde todos se comunicam e se comprometem com conteúdos e novas aprendizagens no espaço escolar e fora dele, a partir de seus saberes, realidade e expectativas. Aprender é, portanto, tarefa de todos comprometidos com o processo.

A fim de organizar o trabalho pedagógico, a escola apresenta à comunidade, por meio da organização curricular, um planejamento anual, elaborado pelo coletivo da escola e que ao ser avaliado pela comunidade estará sujeito às alterações necessárias, à medida que as ações serão executadas. É a partir dele que se constroem os planos de unidade e de aula. É o princípio da **flexibilização** que nos permite propor, analisar, aprovar, executar, avaliar e refazer o planejamento, sempre que os objetivos propostos ou metas não forem alcançados. Dessa forma, a avaliação constante é um pressuposto inalienável do fazer pedagógico nesta e em qualquer escola.

6. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

6.1. OBJETIVO GERAL:

Educar para a cidadania plena por meio de práticas pedagógicas, fulcradas na leitura, que propiciem as aprendizagens significativas e transformadoras, capazes de promover a autonomia do estudante, proporcionando a este a formação necessária

para o desenvolvimento de suas potencialidades e superação dos desafios que a vida apresenta.

6.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conscientizar os estudantes sobre a importância de ler, despertando contato espontâneo com a leitura de textos, o interesse pelo contato com vários gêneros, obras e autores, dentro e fora da sala de aula, relacionando-os e permitindo-os contextualizar com sua realidade.
- Propiciar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos educandos assegurando a formação integral indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
- Estimular a curiosidade, o gosto pelo saber, o trabalho cooperativo, a cidadania, a autonomia e o pensamento crítico.
- Encorajar o educando a interagir e resolver seus conflitos por meio de seu protagonismo no processo de ensino e aprendizagem, atuando como cidadão participativo da comunidade, relacionando, assim, a teoria com a prática no ensino de cada componente curricular e no conjunto dos conhecimentos integrados.
- Alfabetizar todas as crianças até a metade do 2º ano do Bloco Inicial de Alfabetização do Segundo Ciclo de Aprendizagens em linguagem e matemática;
- Promover o sucesso dos estudantes, reduzindo a evasão e a retenção a números muito próximos de zero.

- Formar estudantes leitores que pratiquem na vida social, os valores e conhecimentos adquiridos na escola e na vivência comunitária de modo que respeitem o outro, valorize a diversidade e promova os direitos humanos, a igualdade racial e de gênero, além de defender os direitos das crianças e dos idosos.
- Corrigir as distorções das aprendizagens dos estudantes do 6º a o 9º anos do ensino fundamental no que diz respeito à leitura, aos princípios éticos e aos cuidados com meio ambiente e o lugar onde vivem, usando para tanto a carga horária destinada à parte diversificada.

7. CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Formalmente, a escola é o espaço determinante para que se concretize a ação educativa. Nesse sentido, Petitat (1994) explicita que a escola serve tanto para reproduzir a ordem social como para transformá-la, seja intencionalmente ou não. Além disso, a escola é o espaço de socialização dos sujeitos, bem como espaço de difusão sociocultural; e também é um espaço no qual os sujeitos podem se apropriar do conhecimento produzido historicamente e, por meio dessa apropriação e da análise do mundo que o cerca, em um processo dialético de ação e reflexão sobre o conhecimento, manter ou transformar a sua realidade.

Por essa razão, o processo educativo deve se pautar na realidade, entendida como algo não acabado e sobre a qual podemos intervir. Essa intervenção deve caminhar pela integração entre a escola e sua comunidade na perspectiva de compreensão da área de abrangência próxima como território que intervém na formação dos sujeitos, proporcionando uma educação que extrapola a mera aprendizagem cognitiva e observa a integralidade humana.

Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano. [...] A educação, como constituinte do processo de humanização, que se expressa por meio de mediações, assume papel central na organização da convivência do humano em suas relações e interações, matéria-prima da constituição da vida pessoal e social (GUARÁ, 2006, p.16).

As diretrizes pedagógicas da SEE-DF afirmam que a educação deve ser fomentada a partir da realidade dos sujeitos envolvidos no trabalho realizado, realidade esta que não se restringe ao campo das **relações humanas e sociais** entendidas apenas como as relações entre humanos. Deve conectar os saberes construídos historicamente, associados aos **saberes construídos pela comunidade**, e que incorporam uma nova mentalidade, um novo jeito de ser, estar e se relacionar no mundo, para que nela adquiram sentido e sirvam como mobilizadores de ações e atitudes, visando à formação solidária fundada no respeito, na **autonomia**, a favor do bem comum e da **transformação social**, numa perspectiva de construção de consciências de corresponsabilidade para com o futuro do planeta e a sobrevivência das gerações futuras.

A ação educativa deve ir além das aprendizagens de conteúdos formais, reconhecendo diferentes espaços, etapas, tempos e ferramentas educativas para que se consiga superar a distância entre o que se constrói dentro e fora da escola, porque

[...] o sujeito produtor de conhecimento não é um mero receptáculo que absorve e contempla o real nem o portador de verdades oriundas de um plano ideal; pelo contrário, é um sujeito ativo que, em sua relação com o mundo, com seu objeto de estudo, reconstrói (no seu pensamento) este mundo. O conhecimento envolve sempre um fazer, um atuar do homem (REGO, 2002, p.98).

A aprendizagem é um processo que se desenvolve com a maturidade natural do organismo humano, com o contato com a cultura produzida historicamente e por meio das relações sociais mediatizada pelo mundo (FREIRE, 2003).

Portanto, não se desconsideram os espaços formais e tradicionais de construção do conhecimento, pois é preciso ressignificá-los do ponto de vista dos ambientes e dos materiais, bem como ampliar o leque de possibilidades para além dos espaços escolares, construindo um pacto pedagógico, no qual escola e comunidade assumam responsabilidades socioeducativas na perspectiva de construção do território educativo. A educação, nesse sentido, deve reconhecer práticas dialógicas entre os sujeitos para o respeito aos direitos e à dignidade humana, de forma que, participativa e democraticamente, se tenha a garantia da cidadania ativa. (SEE-DF, 2012)

O Currículo em movimento da Educação Básica da SEE-DF fundamenta-se na **Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural**, o Currículo escolar não pode desconsiderar o contexto social, econômico e cultural dos estudantes. A democratização do acesso à escola para as classes populares requer que esta seja reinventada, tendo suas concepções e práticas refletidas e revisadas com vistas ao atendimento às necessidades formativas dos estudantes, grupo cada vez mais heterogêneo que adentra a escola pública do DF.

A **Pedagogia Histórico-Crítica** esclarece sobre a importância dos sujeitos na construção da história. Sujeitos que são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para a produção e reprodução de sua vida e de sua realidade, estabelecendo relações entre os seres humanos e a natureza. Conseqüentemente, “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2003, p. 07 apud Currículo em Movimento, SEE-DF, 2014), exigindo que seja uma prática intencional e planejada.

Partindo, assim, da realidade dos estudantes, do seu contexto de carências materiais, desestrutura familiar, baixos índices de desenvolvimento humano e tendo como contraponto a realidade do campo, produtor de riquezas, já que o núcleo rural Rio Preto faz parte da região de produção de grãos, que geram riquezas para uns e exploração para outros, as ações pedagógicas não podem desconsiderar essa realidade de desigualdade social latente do campo. Pelo contrário, deve fomentar o desejo de transformação do campo, onde as famílias dos trabalhadores tenham a opção de produzir na própria terra, fortalecendo a agricultura familiar e a qualidade de vida das pessoas do campo, fazendo-os sujeitos de transformação da própria realidade.

Como já mencionado no capítulo inerente à função social da escola, “é função primeira da escola garantir a aprendizagem de todos os estudantes, por meio do desenvolvimento de processos educativos de qualidade”. Para isso, o reconhecimento da prática social e da diversidade do estudante do CEF Rio Preto são condições fundamentais. É importante reconhecer que todos os agentes envolvidos com a escola participam e formam-se no cotidiano da escola. Nesse sentido, a **Psicologia Histórico-Cultural** destaca o desenvolvimento do psiquismo e das capacidades humanas relacionadas ao processo de aprendizagem, compreendendo a educação como fenômeno de experiências significativas, organizadas didaticamente pela escola.

A aprendizagem não ocorre solitariamente, mas na relação com o outro, favorecendo a crianças, jovens e adultos a interação e a resolução de problemas, questões e situações na “zona mais próxima do nível de seu desenvolvimento”. A possibilidade de o estudante aprender em colaboração pode contribuir para seu êxito, coincidindo com sua “zona de desenvolvimento imediato” (VIGOSTSKY, 2001, p. 329, apud SEE-DF 2014). Assim, aprendizagem deixa de ser vista como uma atividade isolada e inata, passando a ser compreendida como processo de interações de estudantes com o mundo, com seus pares, com objetos, com a linguagem e com os professores num ambiente favorável à humanização.

O **Projeto Político-Pedagógico “Escola de Leitores”** tem como intenção repercutir esse fundamento da humanização, ao almejar a construção de uma escola de leitores, tem-se como objetivo que o estudante na sua prática social aprenda a aprender e, mediante as trocas de experiências e aprendizados com seus pares, reconheça-se como sujeito que aprende e que ensina. A leitura que se almeja não é apenas a decodificação da língua, mas abertura à leitura compreensiva do mundo em que se vive.

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA:

O CEF Rio Preto é uma escola que busca a inovação, que deseja estar conectada com as transformações da educação, assim acolhe as propostas que almejam dar qualidade ao ensino, propiciem as aprendizagens e garantam o acesso, a permanência com sucesso dos estudantes na escola. Por essa razão, desde 2013, a escola está organizada em **ciclos de aprendizagens** da educação infantil ao quinto ano e, desde 2018, até o 9º ano do ensino fundamental o que possibilita a revisão dos tempos e espaços no ambiente escolar.

Os anos finais do ensino fundamental, a organização em ciclos vem sendo trabalhada de forma que a aprendizagem dos estudantes seja alcançada com qualidade, para isso rompe-se com valores conservadores de ensinar, aprender e avaliar. Assim, a equipe pedagógica trabalha numa perspectiva de avaliação formativa; a qual permite conduzir as aprendizagens e os percursos de formação de modo que todos os estudantes atinjam os objetivos de aprendizagem, os conhecimentos e as competências. Espera-se que aqueles que não alcançarem os objetivos propostos sejam submetidos a ações interventivas a partir do diagnóstico em ação contínua, até que aprendam. A organização em ciclos de aprendizagem nos anos finais do ensino fundamental iniciou-se a partir de 2018, conforme adesão realizada em 2017 por parte do coletivo da escola.

A organização em ciclos de aprendizagem está consolidada e tem possibilitado a progressão continuada dos estudantes da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental corrigindo distorções e sendo constantemente avaliada. Essa forma de organização traz desafios à medida que reinventa a escola como espaço desafiador que questiona práticas pedagógicas e a organização do trabalho docente dentro da instituição. E espera-se que o mesmo ocorra com os anos finais do ensino fundamental a partir de 2018.

De acordo com a Lei nº 4.751/2012, a gestão democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, cuja finalidade é garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, observará entre outros princípios o da participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar.

Assim entendida a gestão democrática na escola, a gestão pedagógica e administrativa da unidade de ensino é feita de forma colegiada pela **equipe gestora** e órgãos representativos: **Conselho de Classe**, **Conselho Escolar** e **Assembleia Geral Escolar**. A equipe gestora foi submetida ao processo de eleição da gestão democrática, sendo eleita no ano de 2016, como diretora a professora Filomena Sousa Caldas e vice-diretor o Professor Bento Alves dos Reis, para o mandato de 02/01/2017 a 31/12/2019.

Além dos órgãos colegiados, o trabalho da equipe gestora é assessorado, acompanhado e subsidiado também por um **Supervisor**, função atualmente exercida pelo professor Silon Silva de Ataíde, e pelo **Chefe de Secretaria**, função desempenhada hoje pelo Agente de Gestão Educacional Clóvis Inácio Cosmo e ainda pelo **Serviço de Orientação Educacional**, cuja orientadora Elde Aparecida Batista de Andrade atua com autonomia na forma da legislação e pela **Coordenação**

Pedagógica, cujo cargo de coordenador é privativo do corpo docente, escolhido por meio de indicação de seus pares. Atualmente as coordenadoras são as Professoras Keike Ferraz Braz e Cleusa Teresinha da Silva.

Este PPP prevê ainda para fortalecimento da gestão democrática a adoção do **Conselho de Classe Participativo**, no qual os estudantes e famílias possuem canal de escuta e participação nas decisões de cunho pedagógico e da organização curricular, da avaliação e das práticas pedagógicas em sala de aula.

O Projeto Político-Pedagógico ao propor, ainda em 2015, a formação de leitores para a cidadania teve a intenção de inaugurar uma nova proposta pedagógica para o CEF Rio Preto e não apenas formalizar a reelaboração do documento face às exigências da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Igualmente em 2018, propõe o envolvimento de toda a comunidade escolar: equipe gestora, professores, orientadora educacional, auxiliares de educação, educadores sociais, estudantes, famílias e prestadores de serviços das empresas G&E (alimentação) e Real (Conservação e limpeza), buscando o compromisso de todos com a execução das ações previstas neste documento.

Dessa forma, na organização do trabalho pedagógico do CEF Rio Preto, todos os profissionais da escola estão focados na importância de ler, ser e fazer leitores para uma sociedade transformadora. A proposta de uma **Escola de Leitores** se constitui no esforço de sensibilizar todos os atores envolvidos na condução do processo de ensino-aprendizagem, na concepção do que seja formação integral, que não se faz sem cidadãos autônomos e plenos. Nesse sentido, ler é abrir caminhos e oportunidades para a transformação social.

O PPP ao clamar a comunidade para a importância da leitura não foca apenas em leituras acadêmicas, de obras literárias ou de jornais e revistas. Aqui, o que se quer é a formação de leitores cidadãos. Para isso é essencial uma leitura de mundo, de

conhecimentos das diversas formas de manifestação cultural do nosso país, da região Centro-oeste, do Distrito Federal, de Planaltina e das comunidades atendidas na escola.

É preciso reconhecer a cultura, a arte, a linguagem, os hábitos, as festas populares, as manifestações sociais, a gastronomia, entre outros como possibilidades de leitura de mundo. Reconhecer a identidade do país; com suas origens indígenas, africanas e europeias e propiciar aos estudantes enxergar-se nas mais diferenciadas linguagens, tais como: cinema, teatro, mídias sociais e manifestações religiosas; é fundamental para alcançar o objetivo geral deste PPP.

Uma escola pautada na formação de leitores capazes de promover transformações sociais não se faz sem a inclusão das pessoas com deficiência. Nesse sentido, o CEF Rio Preto é uma escola inclusiva em que a adequação curricular é ferramenta indispensável para garantir formação adequada a todos os estudantes. Para isso, o atendimento educacional especializado realizado na **Sala de Recursos Generalista** exerce papel de suma importância no acompanhamento dos estudantes, na formação e suporte aos professores e no apoio e orientação às famílias dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A educação especial na escola conta com o trabalho de dois professores na sala de recursos, sendo um da área de Ciências da Natureza e Matemática e um da área de Linguagens e com quatro **Educadores Sociais Voluntários** que exercem o papel de monitores das crianças e adolescentes com deficiência ou TGD que requerem esse tipo de atendimento. O serviço especializado de apoio à aprendizagem é oferecido por meio de uma equipe de anos finais itinerante, composta por uma pedagoga e uma psicóloga que visita a Unidade de Ensino uma vez por mês.

Na organização do trabalho pedagógico, a sala de recursos, apoiada pelo serviço de orientação educacional, pela coordenação pedagógica e supervisão pedagógica, fará não só o atendimento aos estudantes com deficiência, mas também o acompanhamento das turmas onde estão incluídos, visando ações interventivas de aprendizagem, de garantia de direitos e de superação de preconceitos. Será ainda a equipe da Sala de Recursos responsável por promover sensibilizações e formação continuada aos profissionais da escola e à comunidade em geral no que tange à educação especial na perspectiva da inclusão.

O trabalho na perspectiva deste PPP é impossível de se realizar sem o suporte adequado à leitura, o acompanhamento na seleção e escolha de títulos a serem indicados aos estudantes, seja para leitura individual, seja para a leitura coletiva. Assim, a **Sala de Leitura** é um espaço pedagógico indispensável à execução das ações deste projeto. O papel das duas profissionais em exercício na sala de leitura vai além da orientação na escolha de títulos, pois estas serão sujeitos indispensáveis na proposta que se apresenta. Dessa forma, a operacionalização da **hora da leitura**, conforme se vê no Programa de Leitura, proposto pelo PPP se fará com a participação de todos.

Para isso, o professor de Sala de Leitura torna-se um intermediário entre o livro e o leitor. Tem como uma das atribuições a de tornar a Sala de Leitura um ambiente atraente, representativo e dinâmico, atendendo com eficiência às necessidades dos estudantes e dos professores. Seu maior papel é o de estimular a “leitura por prazer”, desenvolvendo a “hora do texto” em 01 hora/aula semanal. Para isso, deve promover exposições de trabalhos relacionados à leitura, considerando que a Sala de Leitura é um valioso centro de cultura. Para que desenvolva um trabalho coerente com o projeto político-pedagógico da escola deve elaborar seu plano de trabalho em consonância com o **Programa de Leitura**, buscando articulação constante com os professores das diversas classes e componentes curriculares, elaborando seu horário de modo a atender todos os turnos de escola. Atualmente, a Sala de Leitura conta com três profissionais: duas professoras readaptadas e uma agente de gestão educacional.



A execução do Programa de Leitura previsto no Projeto Político-pedagógico Escola de Leitores organiza-se a partir da articulação entre os diversos espaços e profissionais da escola. A Sala de Leitura e o **Laboratório de informática** são dois espaços, por excelência, de pesquisa, de produção de leitura, de escrita, de conhecimento. No entanto, é fundamental que a aprendizagem por meio do computador esteja integrada às situações do cotidiano, às diversas áreas do saber e aos conhecimentos dos estudantes, ou seja, o educador deve utilizar este recurso a partir de uma proposta pedagógica da escola que reflita sobre o uso desta ferramenta tecnológica e quais as mudanças no processo ensino e aprendizagem irão alcançar com ela.

No CEF Rio Preto, o Laboratório de Informática é um espaço de construção e troca de saberes, local onde as crianças e jovens terão acesso ao universo tecnológico

da leitura, por meio de livros digitais, jogos virtuais, mídias sociais e não apenas um lugar de lazer. Dessa forma, a tecnologia é uma ferramenta de ensino e aprendizagem e não um fim. O papel do profissional que atua no laboratório de informática (atualmente um, com formação em disciplina extinta) é atuar em ações cotidianas e interventivas que garantam as aprendizagens dos estudantes e suas atividades devem estar previstas no planejamento do professor, da turma e da escola. Além disso, deve atuar em articulação com a Sala de Leitura e a Coordenação Pedagógica com vistas a fortalecer as estratégias previstas no Programa de Leitura.

A escola conta com um corpo docente composto de 19 (dezenove) professores regentes compreendendo dois turnos: matutino e vespertino. Na Coordenação Pedagógica há duas coordenadoras. A equipe de auxiliares de educação é composta por 3 (três) profissionais atuando na limpeza e conservação, contratados pela empresa Real, 4 (quatro) agentes de vigilância do quadro efetivo e 2 (duas) merendeiras contratadas pela empresa G&E. Há ainda 4 (quatro) agentes de educação do quadro efetivo que atuam em atividades administrativas: 1 (um) na mecanografia, 2 (dois) no apoio administrativo e um (1) no projeto de jardinagem e agroecologia. Na secretaria da escola temos um chefe de secretaria. Na direção contamos com diretor, vice-diretor e um Supervisor Pedagógico.

O Centro de Ensino Fundamental Rio Preto conta com a APM – Associação de Pais e Mestres - que é a unidade executora financeira, o **Conselho Escolar** e Conselho de Classe como importantes bases de sustentação no desenvolvimento das ações da escola, em consonância com o que estabelece a Lei de Gestão Democrática das Escolas Públicas do DF. Assim, toda a organização administrativa desta Unidade Escolar integrante da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal está explicitamente definida no Regimento Escolar das escolas públicas da SEE-DF.

Em 2018, há na escola 15 turmas. No período matutino há 1 (uma) turma de Educação Infantil e 8 (sete) turmas de Anos Finais, no período vespertino há 1 (uma) turma de educação infantil e 5 (cinco) turmas de Anos Iniciais.

ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

CICLOS DE APRENDIZAGEM

1º ciclo: <u>Educação Infantil</u>	2º ciclo: <u>Ensino Fundamental</u>	
	Bloco Inicial de Alfabetização BIA	Bloco II:
1º período – 4 anos (1 turma)	1º ano (1 turma)	4º ano (1 turma)
2º período – 5 anos (1 turma)	2º ano (1 turma)	5º ano (1 turma)
	3º ano (1 turma)	

3º ciclo: Ensino Fundamental Anos Finais
6º ano (3 turmas)
7º ano (2 turmas)
8º ano (2 turmas)
9º ano (1 turma)

9. CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

9.1. AVALIAÇÃO FORMATIVA

De acordo com as Diretrizes de Avaliação da SEE-DF, a avaliação possui diversas funções; contudo, na **avaliação formativa** estão as melhores intenções para acolher, apreciar e avaliar o que se ensina e o que se aprende. “Avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver-se: eis a perspectiva avaliativa adotada.” Nesse sentido, entende-se que instrumentos/ procedimentos pelos quais a análise qualitativa se sobreponha às puramente quantitativas podem realizar de maneira mais justa o ato avaliativo. Dessa sobreposição decorrem o olhar e a intervenção humana que os sistemas computadorizados, por si só, não são capazes de atingir.

Em consonância com essas diretrizes, os profissionais desta instituição compreendem que o sistema de avaliação é, sem dúvidas, um componente fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois permite análises do que se refere ao desempenho dos sujeitos envolvidos, com vistas a redirecionar ou modificar as ações pedagógicas. As estratégias de avaliação do CEF Rio Preto vão além dos critérios quantitativos e inserem formas de valorização do desempenho formativo e a autoavaliação, pelo uso de projetos e participações em conselhos, atividades coletivas, experiências e relatos. Nesse caminho, a escola trabalha com a avaliação para as aprendizagens e não somente com a avaliação das aprendizagens. O estudante, em seu processo avaliativo contínuo, é observado nos aspectos qualitativos, que se sobrepõem aos quantitativos, sendo acompanhado em seu desempenho, conforme dispõe o Regimento Escolar da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.

9.2. ADEQUAÇÃO CURRICULAR

Aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação é assegurada a **adequação curricular** para flexibilizar a prática educacional e a avaliação é diferenciada, sendo atendidos pela Sala de Recursos e orientados nas suas deficiências específicas, observando-se a adição, redução ou supressão de conteúdos, considerando a condição individual de cada estudante; a modificação metodológica dos procedimentos e da organização didática e a avaliação e promoção com critérios diferenciados de acordo com as adequações, em consonância com este PPP e com as orientações pedagógicas da Educação Especial da SEE-DF. O professor regente, ao adequar as estratégias de avaliação dos estudantes com necessidades, deverá considerar as aprendizagens significativas e discutir com a coordenação pedagógica e sala de recursos a necessidade de (re)avaliar cada instrumento utilizado.

9.3. ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

Na concepção formativa de avaliação, diversas estratégias de avaliação serão adotadas: registros de observações do estudante, Conselho de Classe participativo bimestral, atividades escritas ou orais, autoavaliação, mural de leitura, mapas conceituais, teste da psicogênese, reagrupamentos, projeto interventivo, portfólio, testes, provas interdisciplinares, trabalhos em grupo em sala de aula, pesquisa individual, recuperação contínua, regime de progressão parcial com dependência (Artigo 138 da Resolução nº 01/2012 – CEDF), registros reflexivos, anotações diárias ou em dias combinados com a turma e avaliações externas.

Este PPP faz opção pela organização curricular por meio de **unidades didáticas**, compostas por sequências temáticas, que atendam demandas levantadas pela comunidade escolar e conseqüentemente a avaliação está inserida neste processo, assim, as aulas, os projetos individuais ou coletivos e as estratégias de

avaliação considerarão os temas a serem desenvolvidos e todas as ações realizadas durante o período destinado a cada sequência didática serão avaliadas continuamente, inclusive para composição das notas, no caso dos anos finais.

9.3.1. DEVER DE CASA

A escola utiliza o **dever de casa** como instrumento de avaliação formativa. Dessa forma, diferentes estratégias podem ser adotadas para possibilitar um diálogo permanente com as famílias a fim de evitar que o acompanhamento dessa atividade não signifique apenas um reforço do conteúdo trabalhado em sala de aula. Nesse sentido, ao solicitar uma atividade a ser realizada em casa, o professor deverá considerar as possibilidades e necessidades, inclusive materiais, do estudante e de sua família, bem como fornecer um roteiro com bibliografia, quando se tratar de pesquisa.

Em função de ser uma escola do campo, localizada em área rural, onde os estudantes dependem de transporte para se locomoverem de suas residências até a unidade de ensino, os trabalhos em grupo fora do ambiente escolar são vetados, mas nada impede a formação de grupos *on line*, por meio de redes sociais, *e-mail* e outras plataformas. A realidade do campo deverá sempre ser considerada na elaboração e execução de qualquer instrumento de avaliação.

9.3.2. PROVAS E TESTES

Temida pelos estudantes e questionada quanto aos resultados, a **prova** deixou de ser o único instrumento de avaliação usado pelo professor. Hoje, ele dispõe de outras ferramentas para verificar o conhecimento da turma. Contudo, isso não significa que a prova deva ser banida das salas de aula. Quando elaborada com precisão, pode ser uma ótima aliada para produzir um bom diagnóstico do que a turma aprendeu. O resultado de uma prova vai servir de parâmetro para que o professor aprimore seu planejamento e seu trabalho em sala de aula. (FERNANDES, 2008). Para que seja

eficiente, porém, ela precisa ser preparada com cuidado pelo professor ou grupo de professores e orientada, acompanhada e supervisionada pelo coordenador pedagógico, observando se atende os princípios da avaliação formativa, os eixos transversais do currículo em movimento da SEE-DF e os objetivos de aprendizagens previstos para a unidade didática.

A escola entende a prova como uma estratégia que não pode ser descartada nem demonizada. No entanto, é preciso definir critérios claros e objetivos na elaboração de provas e testes, de forma que sirvam realmente como mecanismos de avaliação para as aprendizagens. Nesse sentido, os testes e provas serão estratégias presentes no trabalho do professor, mas não serão únicas nem prioritárias. Essas estratégias nos anos finais comporão, no máximo, 50% da média bimestral em cada componente curricular, conforme diretrizes de avaliação da SEE-DF. No caso específico do CEF Rio Preto, adota-se 20% para testes e provas, com ou sem consulta, realizados pelo professor individualmente, outros 30% serão destinados à Avaliação Global.

A **avaliação global** compreende uma prova contextualizada composta por questões interdisciplinares de todos os componentes curriculares que será aplicada nas turmas de anos finais bimestralmente e corresponderá a 30% da média bimestral de todos os componentes curriculares. Ao elaborar as questões, o professor deverá considerar os conteúdos trabalhados durante o desenvolvimento das sequências didáticas, buscando textos de interesse dos estudantes e de relevância social. Charges, notícias de jornal, textos veiculados na internet, obras de arte, panfletos, receitas, manuais, bulas, entre outros gêneros poderão ser utilizados na elaboração das questões da avaliação global. Também chamada de “provão” ou “simulado”, tal estratégia visa diagnosticar os níveis de aprendizagem dos estudantes e suas turmas a fim de dar subsídios para o trabalho dos professores, além de prepará-los para avaliações externas, que são sempre neste formato. Após a correção, os professores deverão refletir os resultados obtidos como forma de rever a metodologia de ensino e

propor ações interventivas que restabeleçam as aprendizagens quando os objetivos não forem alcançados.

9.3.3. REAGRUPAMENTOS

O **Reagrupamento** é uma estratégia de trabalho em grupo, que atende a todos os estudantes, permitindo o avanço contínuo das aprendizagens a partir da produção de conhecimentos que contemplem as possibilidades e necessidades de cada estudante, durante todo o ano letivo. Possibilita a mediação entre pares, pois os próprios estudantes auxiliam uns aos outros, na socialização de saberes e experiências. (Diretrizes Pedagógicas do Segundo Ciclo SEE-DF, 2014).

O **Reagrupamento intraclasse**, como o próprio nome indica, consiste na formação de grupos de estudantes de uma mesma turma, durante o horário das aulas. Em determinados momentos, as atividades podem ser as mesmas para todos os grupos, isto é, todos têm o mesmo desafio a desenvolver. Em outros, a atividade pode ser a mesma para todos, porém com comandos distintos, conforme o processo de aprendizagem de cada estudante ou grupo. Há ainda situações em que cada grupo receberá um desafio diferente. O que determina a opção pela forma de organização dos grupos, pela periodicidade de realização e ou pelo trabalho que será desenvolvido é o diagnóstico das necessidades e possibilidades de aprendizagem, realizado pelo professor.

O **Reagrupamento interclasse** é uma dinâmica que enriquece e alarga as experiências estudantis e docentes por meio do diálogo entre as turmas. Nesses momentos, são formados grupos de estudantes de diferentes turmas, do mesmo ano ou não, do mesmo bloco ou não, a partir de necessidades e possibilidades diagnosticadas. Os professores dessas turmas e outros profissionais da escola se distribuem na organização e acompanhamento do trabalho de cada grupo, considerando se as

especificidades de cada um deles. Assim como não há grupo fixo de estudantes, também o professor não permanece o tempo todo com o mesmo grupo.

O Reagrupamento interclasse pode ser realizado em períodos que favoreçam o alcance dos objetivos propostos e a organização da escola, duas, três ou quatro vezes por semana, podendo acontecer ao longo de toda a semana, abrangendo todo o turno ou não.

Os **reagrupamentos interclasse e intraclasse** utilizados nos anos iniciais deverão ser utilizados nos anos finais, em caráter experimental, como forma de reconhecer fragilidades do processo de ensino-aprendizagem e corrigi-las. Ainda em se tratando de anos finais, 50% da média bimestral é destinada a estratégias de avaliação que valorizem a construção de conhecimentos pelo estudante, citadas anteriormente e que não sejam provas/testes.

A avaliação compreenderá uma visão que se contrapõe a um sistema avaliativo que promove a fragmentação do conhecimento e a passividade do estudante frente a ele. A avaliação formativa apresenta-se como recurso pedagógico em condição de promover aprendizagens significativas e de instrumentalizar o estudante para a construção do conhecimento, sob a mediação do professor. Para tanto, é preciso superar as iniciativas individuais em prol de ações pedagógicas coletivas, articuladas dentro da escola por projetos interdisciplinares. É necessário mudar a “cultura avaliativa” de todo o grupo docente para que os resultados em termos de aprendizagens se efetivem (VILLAS BOAS abud SEE-DF, Diretrizes de Avaliação, 2104). Todos os sujeitos que participam da organização do trabalho pedagógico precisam revelar, por meio de suas práticas, a intencionalidade de promover a avaliação formativa.

9.3.4. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da gestão democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem. É desenvolvido no sentido de identificar, analisar e propor elementos e ações para serem articulados pela e na escola. Essa instância cumpre papel relevante quando consegue **identificar o que os estudantes aprenderam, o que ainda não aprenderam e o que deve ser feito por todos para que as aprendizagens aconteçam**. É conveniente a existência de momentos anteriores ao Conselho de Classe para que os grupos ou segmentos possam, com seus pares, dialogar e autoavaliar-se antes da reunião ordinária. Os momentos em que se realiza o Conselho de Classe devem ter objetivos bem definidos e todos os encontros devem incluir análises voltadas ao diagnóstico das condições de aprendizagem dos estudantes, bem como à proposição de intervenções que favoreçam seu progresso. (Diretrizes de Avaliação SEE-DF, 2014).

Na nossa escola o conselho de classe tem por objetivo criar momentos de reflexão coletiva de todo o trabalho pedagógico realizado durante o bimestre, incluindo como o professor desenvolveu seu trabalho, quais os resultados alcançados e quais serão as estratégias a serem utilizadas diante dos resultados. Além disso, objetiva a “escuta” dos atores envolvidos no ato de aprender: professores, estudantes, equipe pedagógica, equipe gestora e corpo administrativo da escola, bem como revelar o que os estudantes têm feito para cumprir seu papel, como a classe tem atuado dentro desse processo de construção do momento de aprender: participação nas aulas e demais atividades pedagógicas, relacionamento estudante ↔ estudante/ estudante ↔ professor e com o ambiente escolar, compromisso com os estudos e cumprimento dos deveres e obrigações. Portanto, o Conselho de Classe é um momento de autoavaliação do professor e estudante, da turma e da escola, da equipe gestora e do coletivo da escola. É um momento riquíssimo de aprendizagem para todos e não um espaço para críticas vazias, momento de apontar caminhos, levantar as fragilidades e

as potencialidades do processo de ensino-aprendizagem. O conselho de classe é organizado em quatro momentos, como se vê a seguir:

1º Momento: O professor com a turma

O professor fará uma avaliação do trabalho pedagógico com a classe. É uma oportunidade para os estudantes e o professor elencarem as dificuldades encontradas, bem como sugerir o que pode ser mudado para melhorar o desempenho de todos. O Professor poderá apresentar o rendimento da turma (e não de cada estudante) no intuito de levantar possibilidades de crescimento, correção de equívocos e reavaliação das metodologias e comportamentos. Essa conversa deve ser franca e clara. Não é momento para acusações, mas para dialogar com os estudantes. (Pode-se demonstrar estes dados em percentual. Ex.: Tivemos 85% de notas acima da média em Matemática.) Esse momento serve para instigar a reflexão do estudante sobre seu próprio desempenho. QUESTIONAR: Estão participando das aulas? Fazendo as tarefas de casa? Aproveitando o tempo e o espaço da sala de aula para tirar dúvidas? Colaborando uns com os outros?

2º Momento: A equipe gestora com a turma

Um representante da equipe gestora ou da equipe pedagógica irá a cada turma ouvir o que os estudantes têm a dizer a respeito do seu desempenho. Quais são suas dificuldades e expectativas? O que vão fazer para melhorar ainda mais? A escola está atendendo as expectativas? O que precisa melhorar ou mudar? A metodologia utilizada pelos professores tem contribuído para as aprendizagens de todos? Abordar aspectos do comportamento, do relacionamento e as fragilidades e potencialidades de cada aula, de cada componente curricular, de cada ambiente da escola e das pessoas que trabalham na unidade de ensino.

3º Momento: A equipe gestora com os professores e os coordenadores pedagógicos

A equipe gestora se reunirá com os professores e os coordenadores pedagógicos para discutirem o trabalho realizado bem como os resultados alcançados e os dados coletados, destacando:

1 – Relação professor-estudante; 2 – Questões de indisciplina; 3 - Avaliações de desenvolvimento dos estudantes, considerando as singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias de vida dos mesmos; 4 – Autoanálise e autoavaliação dos profissionais de ensino; 5 – Como temos lidado na nossa prática com o "fracasso escolar"? 6 – Que reflexões temos realizado sobre as causas do baixo desempenho dos estudantes? 7 – Como está a situação da nossa escola frente aos resultados do IDEB? Como esse resultado está relacionado ao processo de ensino e aprendizagem e com as avaliações desenvolvidas na escola? 8 – Como utilizamos os resultados das avaliações externas (Prova Brasil, SAEB, etc.), como indicadores para o planejamento? Pode-se fazer outros questionamentos que o grupo julgar necessário.

Diante do que foi discutido, replanejar os conteúdos conforme os objetivos da unidade didática. O planejamento deverá buscar diminuir/sanar as dificuldades do estudante, porém sem desistir dos conteúdos. Propor ações interventivas para os estudantes que apresentarem dificuldades discrepantes em relação à série. Discutir e desenhar a implantação do projeto interventivo e quais estudantes deverão participar.

Convocar os estudantes para a chamada “conversa em particular” com a equipe gestora e o coordenador, expondo as questões mais delicadas, ouvindo “as razões” do estudante, e propondo acordos, destacando os direitos e deveres do estudante, previsto no regimento escolar. Chamar a família, se necessário for.

4º Momento: Com as famílias

O quarto e último momento do Conselho de Classe será o encontro com as famílias, um espaço para que a família tome conhecimento do andamento do trabalho da escola, das aprendizagens do seu filho, ouvir e apresentar sugestões que possam acrescentar ao bom rendimento do estudante e seu sucesso. Estabelecer esse diálogo

com as famílias é fundamental para reavaliar metodologias, procedimentos e ações da e na escola. As famílias também devem ser cobradas sobre seu indispensável papel na formação dos filhos, se acompanha as tarefas, trabalhos, notas, etc.

9.3.5. PROJETO INTERVENTIVO (PI)

O Projeto Interventivo justifica-se pela importância de ser um instrumento de apoio didático e pedagógico para suprir dificuldades de aprendizagem relacionadas ao letramento linguístico e matemático. No dia a dia da sala de aula nem sempre é possível trabalhar individualmente as dificuldades do estudante.

O projeto interventivo trata-se, portanto, de oportunizar ao estudante e também ao professor situações de ensino-aprendizagem voltadas a cada dificuldade específica daquele ou deste estudante. Isto porque o número de estudantes a atender é menor; a relação professor-estudante é ainda mais estreita; sem falar que o tempo de trabalho com os estudantes é mais bem aproveitado.

A decisão por reforçar conteúdos em Língua Portuguesa e Matemática no PI justifica-se pelo fato de que nas avaliações de resultados estes têm sido componentes curriculares considerados críticos. O bom desenvolvimento dos estudantes para habilidades de leitura e compreensão e escrita, assim como raciocínio lógico e resolução de problemas matemáticos envolvendo as quatro operações; depende a boa aprendizagem dos outros componentes curriculares, dentre os quais: Ciências, Geografia e História.

O Projeto Interventivo pretende trabalhar os conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática através de textos de diferentes gêneros que contenham conteúdos complementares entre uma área e outra. Essa proposta busca a interdisciplinaridade já que pretendemos realizar um trabalho em conjunto, partiremos de questões

complementares em que o texto seja a fonte para a aprendizagem de conteúdos significativos.

9.3.6. PROGRESSÃO PARCIAL COM DEPENDÊNCIA

Conforme as Diretrizes de Avaliação da SEE-DF, a Progressão Parcial com Dependência deve ser ofertada nos termos do artigo 138 da Resolução nº 01/2012 – CEDF. É assegurado ao estudante o prosseguimento de para o 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental quando seu aproveitamento ano anterior for insatisfatório em até dois componentes curriculares e desde que tenha concluído todo o processo de avaliação da aprendizagem. Contudo, o estudante retido no ano em razão de frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas não tem direito ao regime de dependência, seja na organização seriada ou em ciclos. Não se aplica tal procedimento às turmas de Correção de Distorção Idade/Série.

9.3.7. RECUPERAÇÃO CONTÍNUA

A “recuperação de estudos” é prevista na Lei nº 9.394/96, em seu artigo 12, inciso V, para “prover meios para a recuperação dos estudantes de menor rendimento”. Assim concebida, destina-se à obtenção de nota que possibilite ao estudante ser promovido de um ano a outro. Nesta escola, a recuperação de estudos está associada à avaliação formativa.

Para que se inicie a construção desse entendimento e a prática correspondente, serão realizadas intervenções pedagógicas contínuas com todos os estudantes, sempre que suas necessidades de aprendizagem forem evidenciadas. Desse modo, o avanço das aprendizagens ocorrerá de acordo com as condições de aprendizagem de cada estudante. Este é o papel da escola democrática, comprometida com as aprendizagens de todos. Será utilizada a avaliação diagnóstica permanentemente a fim de constatar as necessidades de cada estudante e organizar

os meios de mantê-lo em dia com suas aprendizagens. A autoavaliação pelos estudantes é importante aliada nesse processo.

O registro da intervenção processual (recuperação) deverá ser feito nos diários em que constarão as necessidades apresentadas pelos estudantes e os relatos das atividades realizadas para a promoção de seu avanço. A intervenção poderá ser conduzida por meio de atividades diversificadas, no horário das aulas ou no contraturno, assim como por meio de reagrupamentos, projetos interventivos e outros recursos, sempre considerando a etapa/modalidade e as condições de aprendizagem em que o estudante se encontra.

A nota ou conceito deve resultar do que foi aprendido ao longo do percurso. As intervenções necessárias devem ocorrer desde o primeiro dia de aula, de forma contínua.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Como se sabe, o Currículo em Movimento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal requer uma organização dos tempos/espacos em que a escola vai desenvolver os diferentes conhecimentos e valores que durante a construção do Projeto Político-Pedagógico - PPP foram considerados necessários para a formação de nossos estudantes. É na construção do PPP que a comunidade escolar (Pais, Professores, Estudantes, Funcionários) debate, discute e estabelece suas concepções de homem, de mundo, de sociedade, de conhecimento, de currículo, de avaliação e tantas outras, com o objetivo de criar referências e diretrizes próprias para as práticas que pretende implantar. Dentre as práticas implantadas pela escola, a mais legitimamente ligada à sua razão de ser é, sem dúvida, a que denominamos desenvolvimento do currículo escolar.

Muito mais do que um conjunto de saberes dividido em áreas de conhecimento, componentes curriculares, atividades, projetos e outras ações no interior da escola, o currículo é o coração da escola. É por dentro dele que pulsam e se mostram as mais diversas potencialidades, em meio às reações manifestadas pelos estudantes nos seus escritos, desenhos, jogos, brincadeiras, experimentos, estratégias de relacionamento entre si e com os educadores. É por dentro dele que desejos podem ser tolhidos ou encorajados. No entanto, tornar o currículo vivo dentro da escola tem sido o maior desafio dos gestores e professores, isso porque algumas escolas ainda estão muito fixadas no currículo turístico, focado em datas comemorativas. Assim, a organização curricular da nossa escola prevê os eixos transversais com ações contínuas e com objetivos integrados na perspectiva interdisciplinar. Eles devem estar presentes desde o planejamento curricular da escola ao plano de aula de cada professor.

No CEF RIO PRETO, devido às peculiaridades da escola do campo, os temas que o coletivo considera prioritários são aqueles que envolvem leitura, raciocínio lógico e construção do senso crítico, além da valorização da cultura local. Assim, adotar-se-á a organização curricular a partir das unidades didáticas, articuladas aos eixos transversais do currículo: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade.

O respeito à diversidade se caracteriza pelo acesso irrestrito do estudante ao direito às aprendizagens, assim sendo, aos estudantes com transtornos funcionais específicos serão garantidas todas as adequações necessárias, sejam curriculares, funcionais ou adaptativas bem como o acompanhamento do Orientador Educacional para todos os momentos da vida escolar, inclusive avaliações. Ao estudante com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento além das adequações curriculares lhes serão garantidos o atendimento educacional especializado em sala de recursos, bem como a participação dos professores especializados na elaboração das sequências didáticas.

10.1. PROGRESSÃO CURRICULAR: UNIDADES DIDÁTICAS

A **progressão curricular** será elaborada a partir dos seguintes passos:

1º momento: **Compreensão da proposta do Currículo para cada componente curricular.** Encontro por ano/componente curricular (anos iniciais), por ano/componente curricular (anos finais) e por período da Educação Infantil. Estudo dos cadernos das etapas e modalidades que a escola oferece. Aprofundamento por componente curricular.

2º momento: **Flexibilidade e Interdisciplinaridade curricular.** Encontro para análise do que foi discutido no primeiro momento em grupos maiores por bloco (anos iniciais) e por área do conhecimento (anos finais). Analisar a realidade da escola, do estudante, da comunidade e contextualizá-la aos conhecimentos científicos e historicamente constituídos a fim de que o conhecimento que os estudantes já possuem possa contribuir nessa flexibilização do currículo na escola.

3º momento: **Seleção dos objetivos, conteúdos, eixos e temas.** Discussão realizada com o grande grupo e apresentação do planejamento das unidades didáticas e dos projetos. Discussão coletiva de como articular Currículo e PPP.

4º momento: **Registro da Unidade Didática.** Depois desses três momentos, a equipe gestora e os coordenadores fazem os registros da organização curricular e do planejamento mensal, bimestral, semestral e anual a partir dos relatos dos 3 (três) momentos anteriores para aprovação final do coletivo da escola e para que cada professor possa, a partir da definição das unidades didáticas, dar andamento ao seu plano de aula.

Os temas definidos para cada unidade deverá levar em consideração as necessidades levantadas pelos estudantes e suas família em consonância com as lutas

e transformações sócias, de modo que os conteúdos historicamente constituídos sejam ensinados, tendo como objetivo dar uma resposta a um questionamento, solução para um problema, ideia para uma discussão e ferramenta para uma ação. Nessa perspectiva, os projetos interdisciplinares da parte diversificada estarão inseridos de forma a propiciar uma identidade aos estudantes enquanto escola.

10.1.1. TEMAS INTEGRADORES

O Tema Integrador constitui-se em um eixo de sustentação transdisciplinar do currículo na escola, articulando as áreas do conhecimento e os conteúdos de todos os componentes curriculares, formando uma rede de múltiplos saberes. Tem como propósito integrar os projetos e atividades desenvolvidas na e pela escola com todos os segmentos da comunidade escolar. As unidades didáticas serão constituídas em todos dos temas integradores a serem trabalhados de forma transversal e transdisciplinar. Dessa forma, o tema integrador traduz-se em uma experiência de construir o conhecimento de uma forma que rompa as barreiras da hierarquização e da fragmentação dos saberes.

Os temas integradores que comporão as unidades e sequências didáticas são:

1. “Sem ciência não há vida”

É necessário que se recrie o método do ensino de ciências baseado em uma proposta de ensino para a vida, um método que permita uma nova abordagem, que sensibilize o aluno para o mundo natural, mas que não se limite a isso, que também faça com que esse aluno aprenda, pense, questione e principalmente queira saber mais.

É indispensável aulas e professores que estimulem e proporcionem dúvidas aos alunos durante as aulas a fim de que recebam e assimilem as várias informações transmitidas, para que viajem por diversos lugares, diferentes aspectos que não se

resumam à mera descrição dos ossos de nosso corpo ou das partes de uma árvore, mas que proporcione enxergar além destes aspectos restritos. É necessário um ensino de ciências que faça com que o aluno tenha oportunidade de ver os detalhes das coisas (como uma flor ou espinhos de cacto) que nunca parariam para prestar atenção, por falta de oportunidade, tempo ou motivação. Além disso, e principalmente, ter espaço para satisfazer suas dúvidas e curiosidades. Nessa perspectiva o ensino de ciências de modo transversal a todos os componentes curriculares deve focar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o mundo, propostos pelas Nações Unidas:

1. Erradicação da pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Fome zero e agricultura sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Igualdade de gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água limpa e saneamento - Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
7. Energia limpa e acessível - Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
8. Trabalho decente e crescimento econômico - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
9. Inovação infraestrutura - Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

- 10.Redução das desigualdades - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
- 11.Cidades e comunidades sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- 12.Consumo e produção responsáveis - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- 13.Ação contra a mudança global do clima - Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
- 14.Vida na água - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- 15.Vida terrestre - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.
- 16.Paz, justiça e instituições eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- 17.Parcerias e meios de implementação - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

2. “Família, a base da cidadania.”

A família pode ser considerada um dos grandes temas da atualidade, pois é um assunto amplamente discutido no senso comum, nos meios profissionais e na academia. É um assunto alvo de numerosas teorizações e discutido exaustivamente em múltiplos veículos de comunicação.

A família é assunto constante tanto nas conversas de mesa de bar, como nos consultórios psicológicos e médicos, é uma das maiores preocupações nas escolas e

no mundo do trabalho e tem sido extensamente estudada nos laboratórios de pesquisa em diversas áreas do conhecimento: medicina, psicologia, direito, antropologia, história, sociologia. Mas o que seria a família?

Vivemos hoje num mundo dominado pela velocidade onde coisas acontecem muito mais rápido do que algumas décadas atrás. Tudo isso graças às **descobertas científicas e ao desenvolvimento tecnológico** que, concomitantemente, acarretam transformações tanto nas estruturas como nas **relações e valores sociais**.

A família dentro deste contexto não poderia se apresentar diferente. Basta olhar para a História que vamos constatar as mudanças pelo qual ela passou. Hoje existem **muitos modelos de organização familiar**, que se torna difícil estabelecer padrões e, isso dificulta estabelecer novos conceitos.

A família deve ser a principal responsável pela formação do cidadão, servindo de apoio no processo de adaptação e educação, para viver em sociedade. O conceito de família hoje é mais democrático, o modelo patriarcal foi abandonado, sendo empregado um modelo igualitário, onde todos os membros devem ter suas necessidades atendidas e a busca da felicidade de cada indivíduo passou a ser essencial no ambiente familiar.

Escola, comunidade e família podem não ser a mesma coisa, mas fazem parte da mesma realidade, por isso, é que se deve estar sempre fazendo a ponte para o tráfego de informações, experiência e sugestões que nos ajudem a entender melhor o sistema para transformá-lo.

Segurança, autoestima, valorização pela vida, respeito pelos outros, disciplina, dedicação e fascínio por estar vivo são alguns dos ganhos que o ser humano adquire no decorrer de seu desenvolvimento emocional e nem a família ou escola conseguirão realizar essa tarefa eficientemente se tentarem fazer isso separadamente.

Os contextos reais de vida das famílias dos estudantes são considerados fundamentais para conhecer os sujeitos da comunidade escolar, ouvir suas histórias, reconhecer seus saberes, considerando-se que a educação precisa reconhecer que os sujeitos têm história, têm rostos, cultura, singularidades e especificidades que enriquecem as possibilidades de diálogo e aprendizagem.

Para o ano letivo de 2018, o coletivo da escola escolheu quatro temas que comporão as unidades didáticas a serem trabalhadas no decorrer do ano letivo em todas as turmas e componentes curriculares, para cada unidade ficou definido o tempo de um bimestre que será dividido em unidades didáticas que terão a duração definida por cada coletivo de professores em suas coordenações coletivas.

No primeiro bimestre será desenvolvido o tema: **“Ciência para redução das desigualdades”** inter-relacionado com o eixo transversal do currículo em movimento: **Educação para a sustentabilidade**. No segundo bimestre foi definido o tema: **“Constituição Cidadã?”** permeado pelo eixo: **Educação em e para os direitos humanos**. No terceiro bimestre a unidade didática terá como tema: **“Nosso povo, nossa história”** relacionado com eixo **Educação para a Diversidade**. Já no quarto bimestre o tema definido é **“Corpo: ciência em movimento”** e retomando os eixos **Educação para a sustentabilidade e Educação em e para os direitos humanos**. Ao final de cada unidade didática será feito um momento de integração com apresentação das ações desenvolvidas para avaliar o trabalho e propor novas estratégias em consonância com os temas integradores definidos pelo coletivo da escola.

10.1.2. UNIDADES DIDÁTICAS

1ª unidade didática: Ciência para redução das desigualdades

Período: 15/02 a 26/04/2018

De acordo com Zely Ferreira É fácil perceber que a ciência está presente o tempo todo em nosso dia-a-dia. E cada vez mais necessitamos dos conhecimentos científicos para progredirmos e sobrevivermos de acordo com as mudanças frequentes.

Para BRITTO[1] e MANATTA (1994) a ciência pode ser entendida como um processo de descoberta de fatos e busca de leis, para explicar os fenômenos e enriquecer de maneira ordenada e inteligente os conhecimentos do homem a respeito da natureza. Sendo que o estudo de ciências para o educando deve consistir em descobrir e conhecer seu mundo, esclarecer suas dúvidas, valorizar o ambiente que o cerca.

Sabemos que a evolução da ciência é cada vez maior. Desta forma, podemos dizer que o progresso da tecnologia se dá juntamente com as descobertas da ciência oferecendo aos estudiosos recursos para ampliar e aperfeiçoar os conhecimentos científicos.

Assim, o processo de ensino aprendizagem das ciências naturais deve se propor a preparar o aluno para uma atitude positiva em relação às mudanças e de forma reflexiva levar o aluno a pensar, sentir e agir a favor da vida de modo a descobrir o seu mundo bem como conhecê-lo para saber valorizar o ambiente que o cerca o capacitando a tomar as decisões mais acertadas para com os semelhantes, e com a natureza. (FERREIRA, Zely)

“Mostrar a Ciência como um conhecimento que colabora para a compreensão do mundo e suas transformações para reconhecer o homem como parte do universo e como indivíduo, é a meta que se propõe para o ensino da área na escola fundamental. A apropriação de seus conceitos e procedimentos pode contribuir para o questionamento do que se vê e ouve, para a ampliação das explicações a cerca dos fenômenos da natureza, e compreensão e valorização dos modos de intervir na natureza e de utilizar seus recursos, para a compreensão dos recursos tecnológicos

que realizam essas mediações, para a reflexão sobre questões éticas implícitas nas relações entre Ciência, Sociedade e Tecnologia.” (PCN[2]. 1997, P.23).

Neste contexto, faz-se necessário que o estudo de ciências não esteja separado dos demais interesses e atividades da vida escolar. É importante relacionar o assunto principal com assuntos de outras disciplinas ou áreas, mesmo porque os fenômenos naturais não acontecem isoladamente, mas ligados a outros, muitas vezes em consequência de uns e resultados de outros.

.2ª unidade didática: Constituição Cidadã: Temos direitos e também deveres.

Período: 27/04 a 09/07/2018

Ao completar 30 anos, a Constituição Federal do Brasil é um marco da redemocratização do País e se diferencia pelo perfil humanitário e a garantia de direitos sociais. A sétima Constituição Brasileira foi promulgada em 5 de outubro de 1988 após 20 meses de intenso debate envolvendo representantes da sociedade civil e especialistas jurídicos, além do Congresso Nacional.

O lançamento da atual Constituição marcou o processo de redemocratização do País após 21 anos de regime militar. O documento trouxe mecanismos para evitar abusos do poder do Estado, visando evitar os excessos ocorridos durante a ditadura.

A Constituição brasileira deve ser vista dentro de um contexto histórico. Ela espelha o momento em que foi criada, após anos de ditadura. Procurou proteger os cidadãos do Estado e, ao mesmo tempo, colocar limites no Estado. Por isso visa a garantia dos direitos.

Entre os avanços importantes feitos pela Constituição, destaca-se a garantia de direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia e o sistema de previdência social para a população, além de afirmar a legitimidade dos direitos civis e políticos no Brasil. Para isso, vinculou-se contribuições via impostos e tributos que subsidiam esses direitos.

Foi apenas a partir de 1988, por exemplo, que os brasileiros passaram a contar com o Sistema Único de Saúde (SUS), que garante acesso à saúde por toda a população. Apesar de receber muitas críticas dentro do País, o modelo é considerado um dos maiores e melhores sistemas de saúde públicos no mundo.

Também sabemos que há muitos direitos previstos na Constituição a espera de serem garantidos pelo poder público e pela sociedade organizada. Desse modo, destacar esse assunto nas aulas dos diversos componentes curriculares é de suma importância para formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

3ª unidade didática: Nosso povo, nossa história.

Período: 26/07 a 04/10/2018

Não vivemos de passado, mas somos feitos de memórias que ajudam a desvendar como chegamos até aqui. E um dos compromissos da escola é mostrar aos estudantes o que acontece ao seu redor. Para isso, nada melhor do que compartilhar as experiências de vida de seus antepassados e como a cultura dos diversos povos que formaram a nação brasileira contribuiu para o Brasil ser o que é hoje.

A **formação étnico-racial do povo brasileiro** é resultado de uma intensa miscigenação entre três matrizes principais: o branco europeu, o negro africano e o indígena nativo da América. E nesse longo processo de mistura, cada um desses povos

apresentou contribuições valiosas para a constituição do que hoje é o nosso Brasil. O antropólogo Darci Ribeiro, na obra *O Povo Brasileiro*, diz que *“foi desindianizando o índio, desafricanizando o negro, deseuropeizando o europeu e fundindo suas heranças culturais que nos fizemos. Somos, em consequência, um povo síntese, mestiço na carne e na alma...”*. (PEREIRA, Ricardo A., 2010).

No entanto, apesar das decisivas contribuições dessas três matrizes principais para formação do nosso povo, predomina uma visão branca e eurocêntrica da sociedade brasileira. O negro e o índio ocupam uma posição inferior ao branco na sociedade e suas manifestações culturais são vistas como algo exótico, folclórico e periférico. E essa situação de discriminação, de preconceito, de não reconhecimento e valorização, é reproduzida pelo sistema educacional, pois, nos currículos escolares, tradicionalmente, a história do Brasil é contada a partir da perspectiva dos brancos. Isso mudou a partir do Currículo em Movimento da SEE-DF que, incorporando a obrigatoriedade dos estudos sobre a História e Cultura Afrobrasileira e Indígena, conforme dispõe o artigo 36-A da LDB, incluiu esses conteúdos não apenas como temas transversais, mas como conteúdo a ser abordado nos diversos componentes curriculares.

Para tanto, deve-se garantir que os fatos que demonstram que indígenas e negros não foram passivos, mas partícipes, lutadores e, em diferentes situações, heróis, sejam incorporados à nossa história. Os conteúdos propostos pelos documentos legais devem, então, considerar estratégias de lutas e sobrevivência trabalhadas de modo contextualizado, não permitindo a manutenção dos sentidos folclorizados, exótico e extravagante, que fazem parte do imaginário social. Por meio desta proposta de trabalho, pretende-se problematizar fatos históricos que vêm sendo sistematicamente omitidos nos currículos escolares e intervir na ideia negativa e hegemônica a respeito desses povos. (OP História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, SEE-DF, 2012).

Esse tema traz em si a busca por uma identidade e reconhecimento de um povo que ao longo dos anos não foi valorizado pela contribuição dada a esse país: os índios, os primeiros brasileiros e os africanos que vieram compor a riqueza desse povo. Trabalhar o tema é reconhecer que embora seja um país e várias cores, o Brasil ainda não superou questões que deterioram nossa sociedade: o racismo e o preconceito racial. Imbuir os estudantes negros da valorização de sua cor, de suas origens e da riqueza de sua cultura é um passo fundamental para começar a debater o racismo na escola.

A percepção e a compreensão da dinâmica das relações raciais no cotidiano das instituições educativas representam uma importante ferramenta no combate ao racismo e às desigualdades predominantes na sociedade. Reconhecer a existência do racismo na sociedade e na escola é condição indispensável para se arquitetar um projeto novo de Educação que possibilite a inserção social e o desenvolvimento igualitário dos indivíduos. A superação da discriminação racial passa pelo reconhecimento, pela reparação e pela promoção da diversidade étnico-racial. Nesse sentido, a Educação Básica do DF deve oferecer às populações afrodescendente e indígena políticas e ações de reconhecimento, reparação e valorização de sua história, cultura e identidade. (Idem).

Ao final do bimestre será realizado o evento **“A casa grande surta quando a senzala aprende a ler”**, que será a culminância da unidade didática e envolverá apresentações, palestras, rodas de conversa, desfiles, poesia, teatro e outras atividades desenvolvidas ao longo da unidade e representem o aprendizado dos estudantes quanto ao reconhecimento das identidades negra e indígena do povo brasileiro e do combate veemente a toda forma de preconceito racial, inclusive pelo conhecimento e aplicação das leis.

4ª unidade didática: Corpo: ciência em movimento

Período: 05/10 a 20/12/2018

O tema “Corpo: ciência em movimento” se justifica pela necessidade de enfatizar, a partir de observações, a necessidade de a criança e do adolescente conhecerem as funções de seu corpo e estabelecerem relações de movimento que pertencem ao indivíduo em sua totalidade, revelando sentimentos, emoções, experiências vivenciadas por ela assim como a importância de criar hábitos e atitudes integradas ao corpo, possibilitando a construção da personalidade e da identidade; em outras palavras, se redescobrir.

A **Psicomotricidade** é a ciência que tem como objeto de estudo o homem por meio do seu corpo em movimento e em relação ao mundo interno e externo. Está relacionada ao processo de maturação, em que o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. É sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto. Por sua vez, o corpo é o lugar onde se dá toda a experiência psicomotora do indivíduo e traz de forma dinâmica informações e diversão à criança, fazendo com ela possa não só conhecer seu próprio corpo, mas também a formação geral como ser humano.

Ao escolher esse tema, a escola se propõe a discutir outros cuidados com o corpo e sua preservação. Nessa linha também serão abordados assuntos relacionados à afetividade e sexualidade e autoconhecimento, de forma a esclarecer para a criança e o adolescente que ele é dono de seu corpo e a se prevenir de abusos sexuais e a lidar com as mudanças no corpo.

Impossível falar do corpo sem tocar no assunto **sexualidade** e mais ainda explorar o tema sexualidade em sala de aula distante da questão de **gênero**. Dessa forma, as questões de gênero devem ser trabalhadas quando abordamos o tema sexualidade principalmente para desmitificar papéis impostos pela sociedade que influenciam o comportamento das pessoas ainda nos dias de hoje. Cada vez mais precisamos trabalhar com a ideia de igualdade entre mulheres e homens. Estar atentos

aos estereótipos e formas de usar o vocabulário como por exemplo: direitos humanos e não direitos dos homens. Isso pode ser fruto de muitos mitos que embora transformados estão vivos até hoje. Os estereótipos muitas vezes são aprendidos na infância, como opiniões pré-formadas que generalizam e padronizam o comportamento das pessoas. A mulher é apontada para a passividade, fragilidade, tolerância, emotividade e, o homem é apontado para a agressividade, força, objetividade, competição. Isso vai limitando o comportamento de homens e mulheres e reprimindo a expressão e o jeito de ser de cada um. Trabalhar atividades mistas e coletivas e abordar questões de sexualidade a partir de atitudes e não apenas de conteúdos é essencial para que os estudantes assimilem que as mulheres podem exercer qualquer profissão. Na educação infantil é importante não desenhar gênero para as brincadeiras, como por exemplo: meninos jogam bola e meninas brincam de boneca. Os papéis sociais podem ser trabalhados desde a infância e isso pode ser feito por exemplo com todos jogando futebol: meninas e meninos e depois todos cuidando da limpeza, por exemplo.

Corpo em movimento inclui a atividade física e os cuidados com a alimentação, a fim de se evitar a obesidade, a desnutrição e os distúrbios alimentares, o professor abordará a prática de atividade física como um meio de se obter e manter a saúde do corpo e da mente. Em se tratando de educar para **higiene corporal e ambiental**, há de se buscar uma prática participativa de modo que as orientações para os estudantes sejam coerentes com a linguagem do próprio corpo e ambiente.

A presença do educador com uma nova visão se torna imprescindível e fundamental, pois é, preciso que “saber” seja extensivo a todos, é preciso facilitar para que o estudante se aproprie do conhecimento científico a respeito do próprio corpo e do ambiente em que vive sobre as condições de vida da população e sobre sua importância de colocar em prática certos hábitos que contribuirão decisivamente no cuidado com o corpo e o meio.

Quando o estudante percebe que estes hábitos o ajudam a viver melhor, sem dúvida alguma ele estará motivado a colocá-los em prática com regularidade. Isso faz com que o educador seja o mediador entre estudante/família, renovando e incentivando o interesse em se praticar corretamente os hábitos de higiene.

Ser saudável é também estabelecer bons hábitos e compreender que o nosso corpo merece um carinho especial, e que esse tratamento nos traz benefícios. Ao educar para a saúde e para a higiene, de forma contextualizada e sistemática, toda a equipe contribui de forma decisiva na formação de cidadãos capazes de atuar em favor da melhoria dos níveis de saúde pessoal e da coletividade.

Tratar de higiene e saúde tem sido um desafio para a educação, no que se refere à possibilidade de garantir uma aprendizagem efetiva e transformadora de atitudes e hábitos. As experiências mostram que transmitir informações a respeito do funcionamento do corpo e descrição das características das doenças, bem como um elenco de hábitos de higiene, não é suficiente para que os estudantes desenvolvam atitudes de vida saudável.

É preciso educar para a saúde, levando em conta todos os aspectos envolvidos na formação de hábitos e atitudes que acontecem no dia-a-dia da escola. Segue abaixo, dicas de como inculcar no educando hábitos de higiene:

1. Levar o estudante a perceber a necessidade de adquirir bons hábitos de higiene;
2. Identificar doenças causadas por falta de higiene;
3. Discutir as formas de higiene corporal, bucal, etc.;
4. Estimular para a prática correta de tomar banho, cortar as unhas e cabelos;
5. Adotar hábitos de autocuidado, respeitando as possibilidades e limites do próprio corpo;
6. Orientação da necessidade de se ir aos postos de saúde pública para os exames preventivos;

7. Acompanhamento da necessidade de manter em dia a caderneta de vacinação das crianças;
8. Orientação da não poluição de rios e ruas com lixos domésticos;
9. Conscientização das responsabilidades dos pais em manter os filhos menores com bons hábitos de higiene;
- de profissionais da área odontológica;
13. A importância de se lavar os alimentos crus.
14. Cuidados para evitar a proliferação de piolhos (Pediculose).

A culminância desta Unidade se dará com o torneio interclasse denominado: **JIRP - Jogos Internos do Rio Preto**, quando além de desenvolverem as habilidades relacionadas aos esportes, os estudantes mostrarão a cultura dos países que cada equipe representará, por meio de apresentações artísticas diversas. Haverá abertura dos jogos com desfile de cada equipe, confecção de bandeiras dos países que cada time representará e, após os jogos, haverá a premiação. Este evento será coordenado pelos professores de Educação Física e Arte, em articulação com os demais professores. Nos anos iniciais e na Educação Infantil em que não haverá competição propõe-se atividades esportivas em forma de gincana com os estudantes, envolvendo conhecimentos sobre os esportes e os países, além de jogos, sempre em times mistos.

A fim de tornar a prática da atividade física e o conhecimento do corpo uma rotina não apenas durante esta unidade didática, a Unidade de Ensino aderiu ao **Projeto Educação com Movimento** da Secretaria de Educação e, assim, receberá um profissional de educação física a fim de atuar em conjunto com os professores pedagogos.

10.2. PRIMEIRO CICLO - Educação Infantil

O objetivo principal da Educação Infantil é impulsionar o desenvolvimento integral das crianças ao garantir a cada uma delas o acesso à construção de

conhecimentos e à aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com seus pares etários, outras crianças e com adultos.

Considerando que a criança é um sujeito ativo, participativo e protagonista de sua própria história é importante incluir suas diferentes visões ao contexto escolar. Deste modo, busca-se articular de forma integral os direitos fundamentais da criança, como prioridade absoluta, por meio da escuta infantil e, conseqüentemente, fortalecer o processo de ensino-aprendizagem, em consonância com o Currículo da Educação Básica do Distrito Federal (2014).

O Currículo em Movimento da Educação Básica, no caderno da Educação Infantil - em seus conteúdos vem abordando as responsabilidades dos educadores quanto à aprendizagem das crianças, oportunizando aos estudantes um aprendizado diversificado, sobre a diversidade, a cidadania e a sustentabilidade de forma lúdica e com a participação efetiva das crianças. O Currículo da Educação Infantil deve possibilitar o alcance de três objetivos básicos: construção da identidade e da autonomia; interação e socialização da criança no meio social, familiar e escolar e ampliação progressiva dos conhecimentos de mundo.

A organização curricular da Educação Infantil no CEF Rio Preto estará ligada ao Plano Distrital pela Primeira Infância e abordará temas relacionados aos direitos das crianças, conscientizando-as desde cedo da sua importância na sociedade. Por isso, serão realizadas atividades partir dos temas das unidades didáticas definidas pela organização curricular da escola, desenvolvendo projetos de trabalho, vivenciando experiências nos âmbitos de formação pessoal e social e conhecimento de mundo, utilizando-se de linguagens por palavras, gestos, afetividade, desenho, olhares, enfim tudo que compõe o espaço educativo funciona como uma referência rica em descobertas, imaginação, ludicidade e representação para a criança que se encontra em desenvolvimento.

10.2.1. PLENARINHA

A Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB), por meio da Diretoria de Educação Infantil, promove, em todas as unidades escolares públicas e conveniadas que ofertam Educação Infantil e Anos Iniciais, o projeto pedagógico intitulado como **Plenarinha da Educação Infantil**.

A Plenarinha é um processo pedagógico realizado desde 2013, no qual as crianças participam ativamente das reflexões em torno de seus direitos e necessidades. Este projeto materializa-se por meio da escuta sensível e atenta às crianças, de forma a considerar sua percepção sobre as situações que vivenciam na escola e na sociedade.

Nesta perspectiva, a Plenarinha é um dos espaços abertos que permitem nas escolas as crianças exercitarem seus fazeres como sujeito ativo, participativo e protagonista de sua própria história incluindo suas diferentes visões ao contexto escolar. A temática “Universo do Brincar: A criança do Distrito Federal e o Direito ao Brincar” é fruto da avaliação final do Projeto apresentada pelas Unidades Escolares de Educação Infantil públicas e parceiras da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), realizada em 2017.

A VI Plenarinha - 2018 destaca a importância do brincar na escola, que constitui um processo de aprendizagem. Assim, tem como objetivo vivenciar o brincar, a brincadeira e o brinquedo como ferramenta para aprender, desenvolver e expressar-se de maneira integral. Para tanto apontamos como objetivos específicos:

- Estimular a aprendizagem por meio do brincar nas diferentes linguagens
- Criar oportunidades para que professoras/ professores e crianças ampliem seu repertório de brincadeiras.
- Vivenciar brincadeiras diversas ensinadas ou criadas.
- Resgatar brincadeiras da comunidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009) norteiam que os brinquedos, as brincadeiras e as práticas pedagógicas:

promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos das crianças (Art.9, I).

No CEF Rio Preto a Plenarinha se constituiu num espaço diferenciado onde a brincadeira se torna, naturalmente, aprendizado.

10.3. ENSINO FUNDAMENTAL: SEGUNDO CICLO – Anos Iniciais

A organização curricular dos Anos Iniciais deve proporcionar discussão e reflexão da prática pedagógica para além da sala de aula, ampliando-a a toda unidade escolar e sua comunidade, como exercício de planejamento coletivo e de ação concretizadora da proposta pedagógica; uma educação para além da escola, que busque ensinar na perspectiva de instigar, provocar, envolver o outro para o desejo de aprender, por meio de relações que possam ser estabelecidas entre conteúdos e a realidade dos estudantes.

O Currículo propõe ainda eixos integradores dos anos iniciais do Ensino Fundamental: **Alfabetização, Letramentos e Ludicidade**, com o entendimento de que eixo é algo que sustenta, apoia e integra, pois ao mesmo tempo em que articula entre si, é articulador dos objetivos e conteúdos curriculares no processo de ensino e aprendizagem, buscando a proficiência leitora e escritora a partir da alfabetização e dos letramentos, sem perder de vista a ludicidade. Esses eixos nos remetem à necessidade de integração e progressão curricular como fundamentais à Organização do Trabalho Pedagógico nos ciclos. É essa organização que proporá intervenções didáticas em

atendimento às necessidades de aprendizagem dos estudantes. A seguir, exploraremos os eixos integrados dos anos iniciais do Ensino Fundamental. (SEE-DF, 2014).

A organização curricular da escola é fundamentada em um planejamento em unidades didáticas que tem como características: formar um todo homogêneo de conhecimentos historicamente constituídos em torno de um tema ou um problema central mais abrangente (TEMAS INTEGRADORES); apresentar tópicos que se relacionam significativamente (SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS) e, possuir relevância social, de modo a fazer sentido na experiência social concreta dos estudantes (EIXOS TRANSVERSAIS). A principal virtude de uma unidade didática é que os seus tópicos não são simplesmente itens de subdivisão do assunto, mas conteúdos problematizados em função dos objetivos e do desenvolvimento metodológico. É dessa forma que se aplica o Currículo em Movimento no Segundo Ciclo de Aprendizagem.

MATRIZ CURRICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

A organização curricular, nos Anos e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, enfatiza a assimilação de conceitos, buscando desenvolver habilidades e competências que possibilitem aos estudantes prosseguir os estudos (Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2015). Em face dos princípios de interdisciplinaridade e de contextualização que permeiam todo o Currículo em Movimento da Educação Básica, e da forma de habilitação dos professores para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o tratamento didático-pedagógico dos componentes curriculares será de Atividades, não se justificando pré-estabelecer número de horas para cada um dos componentes curriculares.

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
 Curso: Ensino Fundamental – SEGUNDO CICLO- Anos Iniciais
 Modalidade: Regular
 Módulo: 40 semanas
 Turno: VESPERTINO

CONSTITUIÇÃO DO CURRÍCULO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA SEMANAL				
		ANOS				
		BIA			BLOCO 2	
		1º	2º	3º	4º	5º
BASE NACIONAL COMUM	Língua Portuguesa	X	X	X	X	X
	Educação Física	X	X	X	X	X
	Arte	X	X	X	X	X
	Matemática	X	X	X	X	X
	Ciências Naturais	X	X	X	X	X
	História	X	X	X	X	X
	Geografia	X	X	X	X	X
PARTE DIVERSIFICADA	Ensino Religioso* (Ética)	X	X	X	X	X
TOTAL CARGA HORÁRIA SEMANAL (hora-relógio)		25	25	25	25	25
TOTAL ANUAL (hora-relógio)		1000	1000	1000	1000	1000

*Não havendo estudantes optantes por Ensino Religioso, será ofertado o Projeto Interdisciplinar: Ética.

10.4. ENSINO FUNDAMENTAL: Anos Finais

A Organização Curricular nos Anos Finais é construída a partir das áreas do conhecimento, contextualizando a aprendizagem e valorizando o conhecimento prévio do estudante por meio do diálogo numa perspectiva interdisciplinar articulando com os eixos do Currículo em Movimento: Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Diversidade e Educação para a Sustentabilidade. Entretanto, no contexto da Educação Básica, os Anos Finais do Ensino Fundamental desta Instituição tem como Eixos Integradores: Ludicidade e Letramentos que se organizam nas seguintes áreas do conhecimento: **Linguagens e Códigos:** Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna – Inglês, Arte e Educação Física; **Matemática;** **Ciências Naturais;** **Ciências Humanas:** História, Geografia e **Parte Diversificada:** Leitura, Ética e Agroecologia/ Educação Ambiental.

O Ensino Fundamental no Distrito Federal possui duas organizações concomitantes: ele é organizado em ciclos de aprendizagens e em séries. Nesta escola, adota-se o regime de seriação nas séries finais e destina-se à formação da criança e do adolescente, objetivando o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de autorrealização e exercício consciente da cidadania plena. A partir de 2018 será implementada a organização em ciclos de aprendizagem para os anos finais, constituindo dois blocos: Bloco I (6º e 7º anos) e Bloco II (8º e 9º anos).

Pretende-se oferecer aos estudantes uma formação compatível com as demandas do mundo moderno, valorizando habilidades, competências pessoais, conhecimentos e valores para além da aquisição de quantidade de informações, considerando ainda suas experiências e oportunidades vivenciadas na família, na instituição educacional e no meio social em que está inserido.

O estudante, protagonista do ato de aprender deve ser estimulado, em todos os momentos, a questionar, manifestar ideias, dúvidas e opiniões, enunciar conceitos e descobertas, pesquisar, concluir, entre outras atitudes positivas, para a construção do conhecimento, desenvolvimento do pensamento crítico, fortalecimento da autonomia e da solidariedade.

O processo de ensino-aprendizagem, nas diversas áreas, será desenvolvido por meio de projetos interdisciplinares que possibilitam uma visão globalizada de diferentes temas e que promovam a geração de novos conhecimentos, o fortalecimento de valores, ações e atitudes positivas.

MATRIZ CURRICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal					
Curso: Ensino Fundamental – Anos Finais					
Modalidade: Regular					
Módulo: 40 semanas Turno: Matutino					
CONSTITUIÇÃO DO CURRÍCULO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA SEMANAL			
		ANOS			
		6º	7º	8º	9º
BASE NACIONAL COMUM	Língua Portuguesa	5	5	5	5
	Matemática	5	5	5	5
	Geografia	3	3	3	3
	História	3	3	3	3
	Ciências Naturais	4	4	4	4
	Arte	2	2	2	2
	Educação Física	3	3	3	3
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrang. Moderna	2	2	2	2
	Projeto Interdisciplinar Leitura	1	1	1	1
	Projeto Interdisciplinar Agroecologia	1	1	1	1
	Projeto Interdisciplinar Ética (Ensino Religioso*)	1	1	1	1
TOTAL CARGA HORÁRIA SEMANAL (módulo-aula)		30	30	30	30
TOTAL CARGA HORÁRIA SEMANAL (hora-relógio)		25	25	25	25
TOTAL SEMESTRAL (hora-relógio)		500	500	500	500
TOTAL ANUAL (hora-relógio)		1000	1000	1000	1000

*Não havendo estudantes optantes por Ensino Religioso, será ofertado o Projeto Interdisciplinar: Ética.

Serão desenvolvidos nos anos finais projetos elaborados coletiva e individualmente e os conteúdos referentes à História e Cultura Afrobrasileira e Indígena serão desenvolvidos através de atividades interdisciplinares ao longo do ano letivo, assim como as questões sobre gênero e sexualidade serão trabalhadas de forma transversal e interdisciplinar, de modo a confrontar a violência de gênero, o preconceito racial e o *bullying* dentro e fora da escola, inclusive nas mídias sociais.

10.5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial tem como público-alvo estudantes com deficiências intelectual, sensoriais (auditiva, visual e surdocegueira), deficiências múltiplas e físicas, transtornos globais de desenvolvimento (autismo, autismo atípico, transtorno de Rett, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger) e estudantes com altas habilidades/superdotação. Desta forma, um currículo que apresenta como eixos transversais a Educação para a Diversidade, Educação em e para os Direitos Humanos, deve apresentar como princípio, a garantia de que condições particulares de sujeitos que dele se beneficiem sejam respeitadas. Deve conter um novo olhar onde a educação aconteça “na” e “para” a diversidade, com práticas curriculares voltadas para diferentes manifestações humanas presentes na escola. (Currículo em Movimento, SEE-DF, 2014).

Segundo o Currículo em Movimento da Educação Básica da SEE-DF é importante reafirmar que o currículo para o estudante da Educação Especial, deve ser o mesmo da modalidade de ensino em que este estiver matriculado, mas com devidas adequações. Neste mesmo viés, Moreira e Baumel (2001) consideram que o currículo deve ser repensado no sentido de favorecer uma inclusão real, em um atendimento público de qualidade. Para tanto, as adaptações curriculares não podem reproduzir um currículo de segunda categoria. Nesse contexto, constitui-se como possibilidade educacional para atuar na facilitação da aprendizagem um currículo dinâmico, alterável, acessível e passível de ampliação. Ou seja, compatível com diversas necessidades de estudantes e, por isso mesmo, capaz de atender efetivamente a todos, respeitando e valorizando a diversidade.

As adequações curriculares propriamente ditas são compreendidas como um conjunto de modificações do planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação no currículo como um todo, ou em aspectos dele, para acomodar estudantes com necessidades educacionais especiais. A realização de adequações curriculares é o

caminho para o atendimento a necessidades específicas de aprendizagem. No entanto, identificar essas “necessidades” requer que os sistemas educacionais modifiquem não apenas suas atitudes e expectativas em relação a esses estudantes, mas que se organizem para construir uma real escola para todos e que dê conta dessas especificidades.

A inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais em classe comum inclusiva implica desenvolvimento de adequações, visando à flexibilização do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula e atenda necessidades individuais de todos os estudantes. Nesse sentido, todas as turmas do CEF Rio Preto são classes comuns inclusivas, não havendo classes especiais ou de integração inversa.

Dada a excepcionalidade de característica de escola do campo e a dificuldade que os estudantes tem de transporte até a escola, a fim de garantir o atendimento educacional especializado para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/ altas habilidades, a sala de recursos atende os estudantes que não podem comparecer em turno contrário no mesmo turno de regência, com organização que não comprometa a organização do trabalho pedagógico em sala de aula, em comum acordo com os professores especializados, professores regentes, orientação educacional e as famílias desses estudantes.

Os estudantes com transtornos funcionais específicos não fazem parte do público-alvo da educação especial e seus professores recebem orientação pedagógica pelo SOE e Coordenação Pedagógica em parceria com os professores especializados a fim de romper as barreiras educacionais postas a essas crianças e adolescentes bem como as suas famílias. Já os estudantes, cujas famílias assumirem o transporte para o Polo de atendimento aos estudantes com transtornos funcionais específicos localizado no CED Taquara, serão encaminhados para atendimento especializado em Sala de

Apoio à Aprendizagem com o acompanhamento de um profissional pedagogo ou psicólogo em turno contrário ao da matrícula.

Em 2018, a escola passou a contar com uma equipe especializada de apoio à aprendizagem itinerante destinada aos anos iniciais do ensino fundamental. A equipe conta com a atuação de uma pedagoga, cujo trabalho será organizado de forma a dar suporte aos professores, equipe pedagógica, estudantes e famílias com vistas a superar e prevenir as barreiras da aprendizagem.

11. PLANO DE AÇÃO

11.1. PLANO DE AÇÃO PARA REELABORAÇÃO DO PPP (anexo 3)

A Lei de Gestão Democrática (Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012) define em seu artigo 4º que *“cada unidade escolar formulará e implementará seu projeto político-pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.”* A fim de cumprir a lei a equipe gestora desta unidade de ensino, democraticamente eleita nos termos da citada legislação, propõe a reelaboração do atual Projeto Político-Pedagógico a fim de torná-lo o documento de identidade da escola. Para isso, é indispensável que o processo de construção seja feito a partir do diálogo com o corpo docente, discente, administrativo a fim de buscar a efetiva participação da comunidade escolar, o que não é tarefa fácil tendo em vista todas as dificuldades inerentes às escolas do campo, no que diz respeito ao transporte.

A Orientação Pedagógica do PPP e da Coordenação Pedagógica nas Escolas (SEE-DF 2014, página 31) afirma que *“A elaboração de propostas educacionais emancipatórias implica a construção de projetos político-pedagógicos que corroboram a superação das contradições existentes na sociedade, possibilitando a constituição de concepções e práticas progressistas de mundo, de educação e de cidadão”* já que *“a*

escola reflete contradições características da sociedade em que está inserida". Nesse sentido, a equipe pedagógica do Centro de Ensino Fundamental Rio Preto propõe um movimento coletivo, democrático e participativo de reelaboração do Projeto Político-Pedagógico, por meio de ações que envidem o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar, afinal, não há que se falar em gestão democrática sem a construção coletiva do PPP desde sua elaboração até o desenvolvimento das ações e respectiva avaliação.

O processo de reelaboração e reescrita do PPP requer um conjunto de ações que visem a ampla participação da comunidade escolar, o presente plano de ação justifica-se no sentido de organizar as tarefas, delegar responsabilidades e principalmente, registrar o planejamento deste rico movimento de construção que acontece na escola.

Por ser político e pedagógico, a elaboração do Projeto deve organizar o trabalho pedagógico da escola de forma que viabilize o alcance dos objetivos apresentados no PPP, favorecendo a constituição de processos inovadores de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. Ao mesmo tempo, recuperar o sentido essencialmente coletivo do trabalho docente, realizado nos diversos contextos, com vistas a garantir as aprendizagens previstas no Currículo em Movimento da Educação Básica. O plano de ação, em anexo, reflete o fazer coletivo da educação pública democrática e de qualidade nesta escola.

11.2. PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA (anexo 4)

A coordenação pedagógica nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, prevista em Portaria, é resultante de conquista política dos professores por meio de lutas históricas travadas durante anos, sob o argumento de que contribuiria para a melhoria da qualidade social da educação pública. O Distrito Federal é referência dessa conquista em relação aos demais estados e municípios brasileiros. A

garantia desse espaço-tempo reflete o compromisso do Estado com a valorização e a profissionalização dos profissionais da educação. (Orientação Pedagógica do PPP e da Coordenação Pedagógica nas Escolas/ SEE-DF2014, página 29). Nesse sentido, a coordenação pedagógica do CEF Rio Preto organiza-se na perspectiva do pensar coletivo e como espaço primordial para o planejamento, elaboração, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da escola.

Potencializar esse espaço-tempo viabiliza o alcance dos objetivos apresentados no Projeto Político-Pedagógico, favorecendo a constituição de processos inovadores de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. Ao mesmo tempo, recupera o sentido essencialmente coletivo do trabalho docente, realizado em contextos em que vários sujeitos se fazem presentes, influenciam histórias de vida e são influenciados por elas, pelos valores, concepções, saberes e fazeres uns dos outros. (Orientação Pedagógica do PPP e da Coordenação Pedagógica nas Escolas/ SEE-DF 2014, página 31). Desse modo, organiza-se a coordenação pedagógica na perspectiva do trabalho coletivo e interdisciplinar, conforme registrado neste documento.

Na coordenação pedagógica, o coletivo dos professores irá planejar, avaliar, discutir, debater o exercício da prática do ensino interdisciplinar, contextualizado e de uma aprendizagem significativa. Desta forma, a troca de experiências prazerosas do educar, do aprender e do planejamento escolar irá favorecer um clima de organização propício à reflexão e ação coletiva.

O objetivo desse plano de ação é organizar o trabalho pedagógico da escola de forma que viabilize o alcance dos objetivos apresentados no Projeto Político-Pedagógico, favorecendo a constituição de processos inovadores de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. Ao mesmo tempo, recuperar o sentido essencialmente coletivo do trabalho docente, realizado nos diversos contextos, com vistas a garantir as aprendizagens previstas no Currículo em Movimento da Educação Básica, conforme se vê em anexo.

11.2.1. DO COORDENADOR PEDAGÓGICO (anexo 5)

De acordo com o Regimento Escolar das Escolas da Rede Pública de Ensino do DF e as orientações da SEE-DF, ao coordenador pedagógico compete articular e mobilizar a equipe escolar para elaborar, desenvolver e avaliar o Projeto Político-Pedagógico, sempre com o apoio da equipe gestora e pedagógica da escola. Para isso, é indispensável que o coordenador ouça os professores para identificar suas demandas práticas e recomende estudos que auxiliem na reflexão sobre o trabalho pedagógico, pois à medida que forem compreendendo os aspectos envolvidos em suas práticas e ampliando seu campo de visão sobre o trabalho, os professores perceberão a necessidade das discussões e estudos teóricos na Coordenação Pedagógica. Para o êxito do trabalho coletivo é necessário criar mecanismos que favoreçam a articulação da teoria à prática nos momentos de estudos, planejamentos, discussões.

O plano de ação (em anexo) do Coordenador Pedagógico compreenderá a organização das etapas de planejamento, execução e avaliação de todas as ações da coordenação pedagógica e do acompanhamento do fazer pedagógico dos professores e da escola.

11.2.2. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO-TEMPO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

11.2.2.1. Coordenação Pedagógica na Educação Infantil (1º CICLO) e no Ensino Fundamental – anos iniciais (2º ciclo)

Conforme Portarias nº 561 e 562, de dezembro de 2017, as quartas-feiras são destinadas à coordenação coletiva. Essa atividade será realizada na sala de coordenação ou em outro espaço preparado pela equipe pedagógica. Esse dia será

para coordenar o planejamento pedagógico a fim de qualificar a ação do coletivo da escola, vinculando e articulando o trabalho à Organização Curricular e ao PPP.

A Coordenação Coletiva possibilita também, a construção e o estabelecimento de relações entre todos os grupos que desempenham o fazer pedagógico, refletindo e construindo ações coletivas. Neste dia, sob a condução do coordenador pedagógico e da equipe gestora, os professores da Educação infantil juntam-se aos demais docentes da escola, pedagogo/orientador educacional, profissionais do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem e Salas de Recursos para realização de estudo e planejamento coletivo, organização dos reagrupamentos interclasse e do projeto interventivo bem como: palestras, oficinas e troca de experiências organizadas pela própria escola ou por parcerias com os níveis intermediário e central.

A coordenação de quarta-feira é também o espaço-tempo da formação e autoformação continuada no interior da escola. As coordenações das terças e quintas-feiras são destinadas ao planejamento por turno, turma ou grupo de professores do mesmo período, bem como para cursos autorizados pela EAPE e também para o cumprimento das atividades individuais, tais como: preenchimento de relatórios, atendimento às famílias, preparação de material, entre outras. É nesse momento que os professores elaborarão o plano de aula de acordo com as unidades didáticas previstas na organização curricular da escola. As segundas e sextas-feiras são destinadas à coordenação pedagógica individual podendo ser realizada fora do ambiente da unidade escolar, conforme inciso III, art. 29 da referida Portaria.

A escola estimula os professores da Educação Infantil e dos anos iniciais a utilizarem o tempo destinado à coordenação pedagógica individual que pode ser realizado fora da escola para atualização, aprofundamento, atividades culturais, tais como: leitura, teatro, cinema, visita a museus e equipamentos públicos e bibliotecas. Entende-se que esse é um tempo valioso para ampliação do universo cultural dos professores, inclusive para o estudo de artes, música e línguas estrangeiras.

A fim de alinhar o planejamento da educação infantil, já que os professores atuam em turnos distintos, é fundamental que o coordenador organize oportunidades para o encontro destes professores a fim de favorecer o trabalho coletivo e a sintonia das atividades previstas nas unidades didáticas.

Os professores readaptados e que atuam em projetos, na sala de leitura e no laboratório de informática será na mesma organização dos professores da educação infantil e anos iniciais.

11.2.2.2. Coordenação Pedagógica no Ensino Fundamental – anos finais – (6º ao 9º anos)

Conforme Portarias nº 561 e 562, de dezembro de 2017, para os professores regentes que atuam no Ensino Fundamental - Anos Finais, a coordenação pedagógica se dará da seguinte forma:

- I - **às quartas-feiras** destinadas à coordenação coletiva na unidade escolar;
- II - **às terças-feiras** destinadas à coordenação coletiva, ou coordenação individual, ou à formação continuada, dos professores da área de Ciências da Natureza e de Matemática;
- III - **às quintas-feiras** destinadas à coordenação coletiva, ou coordenação individual, ou de formação continuada, dos professores da área de Linguagens;
- IV - **às sextas-feiras** destinadas à coordenação coletiva, ou coordenação individual, ou de formação continuada, dos professores da área de Ciências Humanas e, quando houver, Ensino Religioso;
- V – (...)
- VI - os demais dias da semana são destinados à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente da unidade escolar.

Organização da Coordenação dos professores de áreas específicas:

Áreas	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Linguagens e Códigos	Coordenação Individual	Coordenação Individual na escola	Coordenação Coletiva de todos os profissionais da escola	Coordenação por área	Coordenação Individual
Ciências da Natureza e Matemática	Coordenação Individual	Coordenação por área		Coordenação Individual na escola	Coordenação Individual
Ciências Humanas	Coordenação Individual	Coordenação Individual na escola		Coordenação Individual	Coordenação por área

As quartas-feiras são destinadas à coordenação coletiva que será realizada na sala de coordenação ou em outro espaço preparado pela equipe pedagógica. Assim como os professores de Atividades, os profissionais da área específica utilizarão desse momento para coordenar o planejamento pedagógico a fim de vincular e articular o seu trabalho à Organização Curricular da escola e ao PPP. Neste dia, sob a condução do coordenador pedagógico e da equipe gestora, os professores regentes juntam-se aos demais docentes da escola, pedagogo/orientador educacional, profissionais do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem e Salas de Recursos para realização de estudo e planejamento coletivo, organização dos reagrupamentos interclasse e do projeto interventivo bem como: palestras, oficinas e troca de experiências organizadas pela própria escola ou por parcerias com os níveis intermediário e central.

A coordenação de quarta-feira é também o espaço-tempo da formação e autoformação continuada no interior da escola. As coordenações das terças, quintas e sextas-feiras são destinadas ao planejamento por área de conhecimento, bem como para cursos autorizados pela EAPE, já a segunda-feira é destinada ao cumprimento das atividades individuais, tais como: preenchimento de relatórios, atendimento às famílias, preparação de material, entre outras. É nesse momento que os professores elaborarão o plano de aula de acordo com as unidades didáticas previstas na organização

curricular da escola. Os outros dois dias são destinados à coordenação pedagógica individual podendo ser realizada fora do ambiente da unidade escolar.

A escola estimula os professores dos anos finais a utilizarem o tempo destinado à coordenação pedagógica individual que pode ser realizado fora da escola para atualização, aprofundamento, atividades culturais, tais como: leitura, teatro, cinema, visita a museus e equipamentos públicos e bibliotecas. Entende-se que esse é um tempo valioso para ampliação do universo cultural dos professores, inclusive para o estudo de artes, música e línguas estrangeiras.

A formação continuada dos profissionais desta unidade de ensino se voltará para o trabalho de repensar a concepção de aprendizagem, do que é aprender, da função social da escola e do papel mediador do Educador e se fará, principalmente, na coordenação pedagógica, mas também por meio de cursos ofertados pelo Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação da SEE-DF (EAPE) nas modalidades presenciais ou à distância e em cursos oferecidos por instituições autorizadas pela EAPE, além de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização ofertados por instituições públicas de ensino superior.

O professor e demais profissionais da escola serão incentivados pela equipe gestora e por seus pares a estarem em contínuo processo de formação continuada e a prosseguirem os estudos em cursos de pós graduação *lato sensu*, *stricto sensu* e doutorado.

A participação comprovada dos educadores em seminários, congressos, workshops, feiras literárias, exposições científicas, visitas a museus, minicursos, palestras, e outras atividades acadêmicas realizadas em parceria com a SEE-DF será objeto de dispensa do horário de coordenação, conforme portaria específica. Além disso, os professores participarão de eventos no horário de coordenação quando convocados pela Coordenação Regional de Ensino e demais pastas da Secretaria de

Estado de Educação do Distrito Federal além das entidades de classe, na forma do regimento legal.

11.3. PLANO DE GESTÃO (ANEXO 6)

O plano de ação de gestão (em anexo) prevê, em conformidade com a Lei Nº 4.751/2012, que a unidade escolar formulará e implementará seu projeto político-pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, os planos nacional e distrital de educação, considerando a sua identidade e de sua comunidade escolar. Além disso, o normativo legal considera que a direção da escola será desempenhada pela equipe gestora, composta por diretor e vice-diretor, supervisores e chefe de secretaria em consonância com as deliberações do Conselho Escolar, respeitadas as disposições legais, a quem caberá a gestão pedagógica, de resultados educacionais, participativa, de pessoas, financeira e administrativa.

11.3.1. DA GESTÃO PEDAGÓGICA

A gestão pedagógica do Centro de Ensino Fundamental Rio Preto, conforme explícito no plano de ação anexo, é exercida, em primeiro plano, pela equipe gestora eleita pelo processo de gestão democrática. Dessa forma, é de responsabilidade da equipe gestora a condução do processo de discussão, elaboração, execução e avaliação deste PPP, para tanto contará com a equipe de sistematização composta por profissionais da escola, indicados pelo coletivo da unidade de ensino, coordenados pela equipe gestora. A equipe de sistematização indicada em fevereiro de 2018 ficou composta pela Pedagoga-Orientadora Educacional Elde Aparecida Batista de Andrade, pelas coordenadoras pedagógicas Keike Ferraz Braz e Cleusa Teresinha da Silva, além da equipe gestora. Embora essa equipe tenha autonomia de trabalho, para se reunir com os segmentos, acolher opiniões e propostas, a cada quinze dias uma reunião ficou agendada para que os membros da equipe de sistematização pudessem organizar as

propostas a fim de encaminhá-las ao Conselho Escolar e posterior apreciação da Assembleia Geral Escolar.

11.3.2. GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

As ações previstas no Plano de Gestão no que tange à gestão dos resultados educacionais abrangem os processos e práticas de gestão para a melhoria dos resultados de desempenho da escola: rendimento, frequência e resultados de avaliações externas: ANA, Provinha Brasil e Prova Brasil e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB.

Destacam-se como indicadores de gestão de resultados no CEF Rio Preto: a avaliação contínua do processo pedagógico da escola; a análise, divulgação e utilização dos resultados alcançados; a identificação dos níveis de satisfação da comunidade escolar com a gestão da escola e com o ensino; e transparência de resultados. Essas ações permearão a organização do trabalho pedagógico da escola.

11.3.3. DA GESTÃO PARTICIPATIVA

A Gestão Democrática ocorre com a efetiva participação de toda a comunidade escolar. Por meio do Conselho Escolar e da Equipe Gestora, eleitos por voto popular, e da Assembleia Geral Escolar deve-se articular ações no sentido de garantir a participação efetiva de todos os segmentos representativos da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político-pedagógico, das normas internas de funcionamento bem como de todas as decisões pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem.

O papel da equipe gestora no sentido de estimular a participação social é crucial para que a democracia saia do papel. O plano de gestão, nesse sentido, apresentará os mecanismos adotados na escola para a garantia dessa participação, mesmo

considerando as dificuldades elencadas no início deste documento e pertinentes à escola do campo.

Quanto à organização do Grêmio Estudantil, há o incentivo para a sua criação e, para que isso ocorra, a Equipe Gestora e os profissionais de educação devem trabalhar a importância do protagonismo juvenil, ressaltando a necessidade de se organizar o movimento estudantil dentro da escola. De modo a garantir a autonomia dos estudantes em sua organização, entidades que representam os estudantes em nível distrital serão convidadas a dialogar com os estudantes e orientá-los na composição do grêmio estudantil que ainda não existe na escola.

11.3.4. DA GESTÃO DE PESSOAS

O gestor tem um compromisso político e pedagógico com a coletividade de forma traduzir as finalidades da escola a partir das necessidades que lhe são colocadas pela comunidade escolar (professores, estudantes, pais, funcionários e comunidade em geral). Isso pode ser sentido neste projeto político-pedagógico, que é um instrumento em permanente construção no qual a coletividade vai explicitando o papel social da escola frente às transformações sociais. Dentro de uma perspectiva democrática de educação, onde todos os educadores são gestores, cabe ao diretor e vice-diretor orquestrarem os desafios que são colocados frente ao processo de gestão participada da educação na escola pública.

Dessa forma, a gestão de pessoas no CEF Rio Preto, conduzido pela Diretora e assessorado por demais membros da Equipe Gestora traz em si a possibilidade do diálogo na tomada de decisões, nunca esquecendo que a escola é uma unidade, vinculada hierarquicamente a uma Coordenação Regional de Ensino e submetida às normas legais impostas pelo poder público. Assim, o papel da equipe gestora é fundamental no sentido de ser articuladora local da gestão de pessoas: organizando horários de trabalho, controlando e registrando afastamentos e principalmente,

conduzindo o diálogo institucional entre os servidores públicos que atuam na instituição. O plano de ação vai explicitar objetivos, metas e ações a serem alcançados por todos os trabalhadores em educação: efetivos, substitutos ou terceirizados dentro da escola. A definição de papéis e funções deve ser clara e transparente.

Recursos Humanos

Equipe Gestora:

Diretora: Filomena de Sousa Caldas Castro
Vice-diretora: Bento Alves dos Reis
Supervisor: Silon Silva de Ataíde
Chefe de Secretaria Escolar: Clovis Inácio Cosmo

Equipe Pedagógica:

Orientadora Educacional: Elde Aparecida Batista de Andrade
Coordenadora: Patricia dos Santos Nascimento
Sala de Leitura: Elisângela Rodrigues da Costa e Andrea Manhães Martins Leal
(Readaptadas)
Sala de Recursos: Angelina Maria da Costa
Laboratório de Informática: Limirio Leal da Fonseca Neto (Prof. de disciplina extinta)

Equipe Docente:

Educação Infantil 1º período: Cecília de Sousa
Educação Infantil 2º período: Patrícia dos Santos Nascimento
1º ano: Abgail Aparecida da Silva
2º ano: Maria de Lourdes Resende
3º ano: Lany Carine de Oliveira Guimarães
4º ano: Roberto Alves de Melo
5º ano: Carla Daiany Rech

6º ao 9º ano:

Língua Portuguesa (6A, 6B, 6C, 7A, 7B) e PD 3 (6A, 6B e 6C):
Bruno Nonato Vieira

Língua Estrangeira – Inglês e PD1 (6A, 6B, 6C, 7A, 7B, 8A, 8B e 9A):
Lídia Míriam Amancio de Oliveira

Ciências Naturais (6A, 6B, 6C, 7A, 7B, 8A e 8B):

Rosiene Ferreira Campos

Matemática e PD2 (6A, 6B, 6C e 9A):
Charles de Almeida Souza

Matemática (7A, 7B, 8A e 8B) e CN (9A):
André Wangles de Araujo

Arte (6A, 6B, 6C, 7A, 7B, 8A, 8B e 9A):
Gerson Plácido

História (6A, 6B, 6C, 7A, 7B, 8A, 8B e 9A) e PD3: (7A, 7B, 8A, 8B, 9A):
Caubi Vasconcelos

Geografia (6A, 6B, 6C, 7A, 7B, 8A, 8B e 9A) e PD2: (7A, 7B, 8A e 8B):
Ágda Gonçalves da Costa

Educação Física (6A, 6B, 6C, 7A, 7B, 8A, 8B e 9A):
Hádamo Fernandes de Souza

Agentes de Gestão Educacional - Conservação e Limpeza - EFETIVOS

Altino Rodrigues de Sousa - Jardinagem
Daleth da Silva França - Mecanografia
Darci Ferreira da Silva Gomes – Apoio de Secretaria
Mariana Ferreira Magalhães – READAPTADA, Apoio Administrativo

Servidores de conservação e Limpeza da Empresa Real

Evanilde Alves da Costa
Maria Aparecida Alves da Costa
Maria Margarida Alves da C. Oliveira

Agentes de Gestão Educacional - Vigilância

Carlos Roberto Cardoso Penha
Deodato de Deus Oliveira
Francisco Sales de Oliveira
Joscelino Vaz Gomes

Merendeiras – Empresa G & E

Elizabete Pereira de Souza
Maria Aparecida F. Prates

Educadores Sociais Voluntários:

Ivani Lima da Silva
Lilian Gontijo Campos
Sirlei Pereira Brasileiro
Sabrina dos Reis Viana

11.3.5. DA GESTÃO FINANCEIRA

Os recursos financeiros (PDDE e PDAF) são essenciais para a unidade de ensino e constituem elementos capazes de garantir a constituição física da escola e a garantia de que os estudantes serão atendidos com materiais básicos para a atuação do corpo docente. Esse recurso financeiro chega à escola e é fiscalizado pela comunidade que legalmente pode ter acesso às contas e gastos da escola por meio do caixa escolar. A fiscalização é fundamental para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. E a qualidade é hoje um dos principais referenciais da educação brasileira.

A fim de eleger as prioridades na execução dos recursos financeiros e fiscalizar sua aplicação, a escola dispõe do Conselho Escolar que é formado pelos segmentos da comunidade escolar, assim constituído: 02 representantes das famílias dos estudantes, 02 de professores, 02 de pessoal da carreira assistência à educação e 02 de estudantes e da Assembleia Geral Escolar, instância máxima das decisões internas da escola.

A unidade executora (UEx) dos recursos financeiros da escola é o Caixa Escolar da Associação de Pais e Mestres, uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à escola, sem fins lucrativos, cujas atribuições são:

- **administrar** recursos transferidos por órgãos federais ou distritais;
- **gerir** recursos advindos de doações da comunidade e de entidades privadas;

- **controlar** recursos provenientes da promoção de campanhas escolares e de outras fontes;
- **fomentar** as atividades pedagógicas, a manutenção e conservação física de equipamentos e a aquisição de materiais necessários ao funcionamento da escola; e
- **prestar contas** dos recursos repassados, arrecadados e doados.

11.3.6. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O plano de ação de gestão, na dimensão administrativa, contemplará as ações, metas e prazos para que as condições para o bom andamento do pedagógico da escola sejam alcançadas, o que inclui: materiais, serviços, patrimônio e outras necessidades. Embora a escola tenha autonomia administrativa, a SEE-DF não vem suprindo a Unidade de Ensino com os recursos financeiros e materiais necessários à adequação dos espaços às necessidades dos estudantes.

Para melhor acomodação dos estudantes e profissionais de educação e conseqüente melhoria da qualidade de ensino faz-se necessária a construção de um refeitório, ampliação da cozinha, construção de um depósito de gêneros alimentícios que atenda às normas estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, aquisição de um parquinho, ampliação da sala de leitura, aquisição de novos computadores, instalação de telefone fixo, ampliação da internet banda larga, reforma das instalações elétricas, pavimentação do estacionamento, construção de banheiros adaptados às crianças da educação infantil e às com deficiência física e construção de duas salas de aula (que hoje usam espaços adaptados).

11.4. DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL (Anexo 7)

Um dos principais papéis do orientador educacional é fazer uma escuta atenta das relações interpessoais construídas no cotidiano, ajudando a revelar o currículo oculto que se produz e reproduz nos diversos ambientes de aprendizagem. A atuação

dele, porém, se potencializa quando está integrada ao trabalho da equipe pedagógica. Além disso, promove oficinas pedagógicas e atendimentos com professores, famílias e estudantes, em parceria com demais profissionais da equipe gestora, conforme consta do Plano de Ação do SOE, em anexo.

11.5. DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO/SALA DE RECURSOS (Anexo 8)

A educação especial na perspectiva da inclusão proposta pela LDB, cumpre sua especificidade ao possibilitar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação desenvolver suas competências, ultrapassando os limites de sua condição; incluindo ou integrando-os nas classes regulares, de forma que lhes possibilitem autonomia em situação de vida diária e o usufruto da cidadania.

De acordo com a LDB e as diretrizes do Ministério da Educação, bem como a Resolução 01/2017, considera-se público-alvo do AEE:

- Estudantes com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição estudantes com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
- Estudantes com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento

humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Para o bom desenvolvimento do Ensino Especial na Instituição necessário criar condições físicas, ambientais e materiais para o estudante; favorecer a participação nas atividades escolares e adaptar materiais de uso comum em sala de aula; além de professores capacitados para a regência de classe e professores especializados em salas de recursos para o atendimento às necessidades dos estudantes. O plano de ação do AEE prevê a organização do trabalho pedagógico da Sala de Recursos a partir das atribuições deste profissionais na escola.

São atribuições dos professores do AEE:

- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes público-alvo da educação especial;
- Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes na sala de recursos multifuncional;
- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante;
- Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a

informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo autonomia, atividade e participação.

- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes nas atividades escolares.
- Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

Dada a dificuldade de transporte, alguns alunos são atendidos no próprio turno das aulas, em consonância com as adequações curriculares e o plano AEE de cada estudante.

Sabe-se que o trabalho na escola do campo deve ser diferenciado de modo que os professores regentes e do AEE participem de todo o processo pedagógico, desde as intervenções necessárias junto ao aluno, à turma e à família. Independente do número de alunos, é mister que a escola tenha os profissionais do AEE disponíveis na escola durante toda a jornada de 40 horas, de modo a integrar o trabalho realizado com todo o corpo pedagógico da escola.

11.6. DO SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO À APRENDIZAGEM (Anexo 9)

O Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) é uma atividade de caráter multidisciplinar, constituído por profissionais com formação em Pedagogia e Psicologia, em articulação com os profissionais da Orientação educacional e do Atendimento Educacional Especializado, visando ao sucesso escolar do estudante.

Nesse sentido, são atribuições da Equipe do SEAA na escola:

- Realizar o trabalho na perspectiva institucional conforme os princípios da Orientação Pedagógica do SEAA.
- Realizar avaliação interventiva, na perspectiva processual, contextual e mediada, dos estudantes com dificuldades mais acentuadas no processo de escolarização.
- Realizar intervenções específicas com os estudantes com dificuldades mais acentuadas no processo de escolarização, inserindo-os e acompanhando-os nos diversos projetos realizados na UE.
- Priorizar as intervenções pedagógicas realizadas na UE e, sempre que possível, não encaminhar para avaliação clínica antes de verificar o que pode ser feito para resolver na UE.
- Produzir Relatório de Avaliação e Intervenção Educacional, especificando com clareza as intervenções realizadas, as conclusões geradas durante o processo de avaliação interventiva, como também, os encaminhamentos e as orientações necessárias ao pleno desenvolvimento do estudante.
- Sugerir, no Relatório de Avaliação e Intervenção Educacional, quando necessário, o encaminhamento para a Sala de Apoio à Aprendizagem.
- Articular, com o Coordenador Intermediário e com o Itinerante, o processo de formação contínua dos profissionais das UE.
- Elaborar o Plano de Trabalho a ser integrado ao PPP da escola

O plano de ação do SEAA deverá constar a organização do trabalho da equipe, ainda que itinerante, de forma a possibilitar as ações e intervenções necessárias junto aos professores regentes, famílias e estudantes.

11.7. DA SALA DE LEITURA (Anexo 10)

De acordo com o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, a Sala de Leitura constitui-se em um espaço de aprendizagem e de orientação

à pesquisa para toda a comunidade escolar, em consonância com a Orientação Pedagógica e com o Projeto Político-Pedagógico - PPP da unidade escolar.

São atribuições do responsável pela Sala de Leitura:

- participar da elaboração e execução deste PPP;
- elaborar e executar o Plano de Ação da Sala de Leitura, em consonância com este PPP;
- planejar e executar as atividades da Sala de Leitura/Biblioteca, mantendo-as articuladas com as demais atividades da unidade escolar;
- subsidiar e orientar as atividades de leitura e de pesquisa;
- assegurar a adequada organização e o funcionamento da Sala de Leitura;
- propor aquisição de acervo e de outros materiais didático-pedagógicos, conforme as necessidades indicadas pela comunidade escolar;
- manter intercâmbio com outras salas de leitura, bibliotecas escolares, bibliotecas escolares comunitárias, bibliotecas públicas, centros de documentação, centros de memória viva e museus;
- divulgar, permanentemente, no âmbito da unidade escolar e em outros espaços pedagógicos, o acervo bibliográfico e os serviços existentes;
- conferir, anualmente, o inventário do acervo;
- acompanhar e avaliar as atividades do Plano de Ação, por meio de relatório anual do trabalho desenvolvido;
- executar as demais atribuições do profissional atuante na sala de leitura, previstas na Orientação Pedagógica;
- zelar pelo controle e recebimento das remessas de correspondências, materiais e acervo Programa Nacional do Livro Didático - PNLD expedidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- promover ações eficazes para garantir a conservação e devolução dos livros didáticos reutilizáveis pelos estudantes;
- realizar o controle contínuo da entrega e devolução dos livros reutilizáveis;

- comunicar a SEEDF sobre as obras excedentes e auxiliar no processo de remanejamento para outras unidades e ou reserva técnica, registrando os dados correspondentes em sistema específico;
- solicitar, se for o caso, no termos e prazos vigentes, lotes adicionais de livros didáticos para atendimento de situações excepcionais;
- elaborar relatórios com o objetivo de promover a análise e a discussão das informações pela Equipe Pedagógica da escola;
- organizar, na escola, ambientes de leitura alternativos;
- incentivar a visitação participativa dos professores da escola à sala ou ao ambiente de leitura, para utilização em atividades pedagógicas;
- promover e executar ações inovadoras, que incentivem a leitura e a construção de canais de acesso a universos culturais mais amplos.

O Plano de ação da Sala de Leitura, elaborado pelos profissionais lotados naquele espaço deverá levar em consideração à realidade da escola do campo bem como a organização curricular da escola.

11.8. DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA (Anexo 11)

Um projeto de laboratório de informática justifica-se por trazer uma nova perspectiva para escola, inserindo os recursos tecnológicos através do uso do computador, o qual promove o desenvolvimento de inúmeras habilidades que irão favorecer os processos de ensino-aprendizagem. Sendo assim, a implementação do laboratório abrirá um leque de possibilidades didático-pedagógicas para escola, proporcionando um ambiente facilitador e instigante, motivando a reflexão crítica, a busca por conhecimento e a aprendizagem sucessiva e independente dos nossos estudantes. Para isso faz-se necessária a lotação de um professor específico para atuar no Laboratório de Informática da escola, em consonância com as diretrizes da

SEEDF e do Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo do MEC – Ministério da Educação.

Nesse sentido, são atribuições do Professor Regente do Laboratório de Informática:

- Elaborar o Projeto Pedagógico específico do laboratório de informática, com vistas à aprovação da SUBEB – Subsecretaria de Educação Básica;
- desenvolver ações metodológicas articuladas com o planejamento do professor de sala de aula responsável pelo ensino-aprendizagem do conhecimento específico, inclusive no laboratório assentadas na organização curricular da escola;
- atender aos estudantes nos espaços do laboratório acompanhados de seus professores de sala de aula;
- motivar para que professor, estudante, e qualquer outro membro da comunidade escolar, tenham acesso ao laboratório de informática. Para isso, trabalhar com o sistema de agendamento e/ou cronogramas de encontros;
- zelar pela ambientalização da sala e pela organização do software e hardware do laboratório, disponibilizando um dia na sua carga-horária de trabalho para efetivação de tal atividade de manutenção;
- atuar como parceiro do professor regente de sala de aula;
- comunicar ao Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE/CRE Planaltina) quando da disfunção de algum dos recursos que compõe os laboratórios;
- elaborar cronogramas de acordo com a culminância dos projetos para divulgação do trabalho desenvolvido nos laboratórios;
- participar da coordenação pedagógica coletiva e da elaboração do PPP e da organização curricular da escola;
- participar dos encontros e formações promovidos pelo NTE;

- atuar como orientador das atividades realizadas no laboratório no contexto dos trabalhos pedagógicos desenvolvidos com a comunidade, por meio de projeto específico;
- elaborar o plano de ação do laboratório de informática;
- responsabilizar pela correta utilização de todos os recursos tecnológicos disponíveis na escola: projetores multimídias, computadores, televisores, dentre outros;
- elaborar normas para funcionamento do laboratório.

O plano de ação, elaborado pelo profissional que atua no laboratório de informática, deverá estar em consonância com este PPP e com a organização curricular da escola.

11.9. DO PLANO DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS READAPTADOS (Anexo 12)

De acordo com a SEDF a readaptação funcional é a redução da capacidade laborativa (capacidade física e/ou mental para o exercício de atividade produtiva) sofrida pelo servidor, de caráter permanente, em função de adoecimento ou acidente. A readaptação é, portanto, um benefício concedido ao servidor que sofre com o adoecimento crônico.

Desse modo, os professores readaptados desta unidade de ensino deverão, em consonância com portarias específicas, com este PPP e com a organização curricular da escola, elaborar seu plano de trabalho de modo a participarem efetivamente do desenvolvimento das atividades pedagógicas da escola e do processo de ensino-aprendizagem de forma direta ou indireta, respeitadas suas limitações.

12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

A avaliação nesta unidade de ensino é constante e não apenas avaliação das aprendizagens, como também a avaliação do trabalho pedagógico e das ações previstas no Projeto Político-Pedagógico. Nesse sentido, bimestralmente o trabalho é avaliado, com base no rendimento, comportamentos e atitudes dos estudantes. O grupo de professores interage entre seus pares dando sugestões e ideias de como atingir os objetivos almejados. Em todas as coordenações coletivas, semanalmente, discutem e refletem sobre a ação pedagógica com vistas a superar os desafios e compartilhar as experiências exitosas.

Os dias letivos temáticos destinados ao planejamento e avaliação institucional, conforme previsto no calendário escolar, são utilizados como uma forma das famílias participarem do planejamento, bem como da avaliação do processo educativo e das ações previstas.

Semestralmente é realizada a avaliação institucional envolvendo o trabalho administrativo e pedagógico através de questionários preenchidos pelos professores, estudantes, servidores e direção. Em seguida, as questões e respostas são socializadas, discutidas e registradas em gráficos e tabelas.

Mensalmente são realizadas reuniões com os membros do Conselho Escolar para definição de metas e prestação de contas e semestralmente para avaliação do trabalho pedagógico através de análises de gráficos de rendimento dos estudantes.

13. PROJETOS ESPECÍFICOS (anexo 13)

A fim de atender o Projeto Político-Pedagógico: CEF Rio Preto – Escola de Leitores que exige o trabalho coletivo em prol do alcance do objetivo maior que é a formação de cidadãos leitores, os professores do CEF Rio Preto embora desenvolvam seus projetos individuais têm como foco o programa de leitura que inclui grandes ações que envolvem toda a escola. Aliado a isso, a organização curricular por meio de unidades didáticas privilegia o projeto pedagógico da escola, de maneira que todos os projetos específicos que venham a ser desenvolvidos na escola tornam-se ações efetivas focadas no Currículo em Movimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação. Assim, esse **Programa de Leitura** que abarcou as iniciativas individuais e coletivas dos professores e demais profissionais da educação é composto das seguintes ações:

Cantinho da Leitura: É um espaço móvel ou fixo, dentro ou fora da sala de aula, em ambiente aberto ou fechado. Adotado nas turmas de Educação Infantil e no BIA, o Cantinho da Leitura visa propiciar momentos para que os estudantes possam ler onde e quando mais lhe convém, no ritmo que mais lhe agrada, podendo retardar ou apressar a leitura; interrompê-la, reler ou parar para refletir, a seu bel-prazer. Ler o que, quando, onde e como bem entender. Essa flexibilidade garante o interesse contínuo pela leitura, tanto em relação à educação quanto ao entretenimento. Essa estratégia tem como objetivos: promover a integração do grupo, a socialização dos estudantes e o desenvolvimento das habilidades linguísticas; melhorar o desempenho dos estudantes em todas as áreas do conhecimento por meio da leitura; ampliar o repertório literário; despertar o prazer pela leitura e aguçar o potencial criativo; incentivar a prática da leitura extraclasse e extracurricular, pelo uso de diferentes títulos e autores; despertar habilidades de ler, interpretar e expressar nas diferentes áreas do conhecimento; incentivar a leitura e a criatividade, visando desenvolver as potencialidades de comunicação.

Hora do texto: Estratégia destinada aos estudantes da educação infantil, anos iniciais e finais. É entendida como um momento de leitura de mundo, pois é o momento em que, simultaneamente os estudantes, professores e demais profissionais da escola leem e discutem textos sobre o mesmo tema, selecionados previamente pelos professores e que estejam de acordo com o tema da Unidade Didática em desenvolvimento. O aviso do início da atividade será com uma música, pelo sistema de som. Em cada sala, os educando e docentes realizam leitura. Da mesma forma, os funcionários em seus locais de trabalho deixam seus afazeres e leem. Também os familiares dos estudantes, que por ventura vierem à escola nestes horários serão convidados a visitar a sala de leitura ou outro espaço para também lerem. A atividade deverá ocorrer semanalmente, em dias e horários alternados, e avaliada constantemente. Será destinado o tempo de uma hora para a leitura e mais trinta minutos para uma conversa sobre o assunto abordado. Também será possível fazer o registro do momento por meio de relatos em vídeos ou produções textuais. O objetivo dessa ação é tornar a escola um espaço vivo de leitura constante.

Livro livre: Com intuito de formar leitores que leem por prazer e despertar a fantasia e a imaginação, o livro livre dá a oportunidade de se democratizar as relações na sala de aula, pois o estudante tem a liberdade de escolher não somente o título que vai ler, mas quando e como ler, já que poderá levar o livro para casa. Essa ação é realizada em articulação entre o professor regente e as professoras da Sala de Leitura, que deverão orientar o estudante sobre o livro, o gênero e a temática sem, no entanto, interferir na escolha pelo estudante do livro a ser lido. Essa atividade antecede “Hoje é dia de ler”, pois após o prazo de aproximadamente um mês, o estudante compartilhará com os colegas e o professor por meio de variadas formas de exposição a obra escolhida.

Hoje é dia de ler: Ação que visa fomentar a leitura como um hábito, essa estratégia consiste em um dia por mês para que os estudantes compartilhem as obras literárias lidas. Também conhecido na escola, como **piquenique literário**, o evento reúne os estudantes dos anos iniciais e finais em suas próprias turmas para socialização das

leituras realizadas por eles durante o mês. Nesse momento, cada estudante vai compartilhar as histórias que leu, de modo que instigue os demais a também lerem aquela obra. Haverá ainda troca de livros ou gibis entre os estudantes.

Livro dos autores da Escola: Essa estratégia consiste na culminância anual do Projeto Político-pedagógico. Será feito um livro contendo os registros das ações realizadas durante a execução do projeto de leitura ao longo do ano, contendo fotos, relatos e textos escritos pelos estudantes e selecionados pelos professores a fim de compor um livro chamado: CEF Rio Preto – Escola de leitores que será apresentado a comunidade no quarto bimestre. Contando com o apoio da comunidade, no dia do lançamento do livro acontecerão apresentações teatrais, reconto e dramatização, de dança e de poesia, constituindo o chamado CHÁ DE POESIA, que a cada ano homenageará um escritor brasileiro e premiará o estudante leitor do ano. Essa etapa do programa de leitura será coordenada pelas professoras da Sala de Leitura com a Equipe Gestora e Coordenação Pedagógica, envolvendo todos os profissionais da escola. Nessa oportunidade, também serão revelados os talentos da comunidade escolar, por meio de um festival de talentos.

Além dessas ações temos o Projeto **OSCAR LITERÁRIO: MELHOR LEITOR DO ANO**, desenvolvido pela Sala de Leitura junto aos estudantes e professores, cujo objetivo geral é despertar nos alunos a capacidade de ler por prazer, desfrutar da leitura e, conseqüentemente, promover alguns elos no processo de aprendizagem. Esse projeto, especificamente, foi encaminhado à SUBEB para aprovação nos termos das normas vigentes e sua culminância se dá em novembro com a premiação dos alunos leitores.

Outro projeto a ser encaminhado para avaliação é o **CIENTISTA DA NATUREZA**, desenvolvido com alunos do primeiro e segundo ciclos, cujo objetivo principal é fazer com que o aluno sinta-se integrante do meio com capacidade de observar, criar, recriar, tornando um “Cientista da Natureza”. Deixando a liberdade de

expressão do pensamento e do corpo. Promovendo assim, o pensamento crítico, a criatividade, tomada de risco intelectual e redução das desigualdades sociais. Entre as ações desse projeto está o cultivo de plantas medicinais na escola e o aproveitamento de materiais recicláveis na cultura e manejo dessas plantas.

São projetos específicos desenvolvidos na escola e previstos na organização curricular da escola serão detalhados na forma do anexo.

14. PROJETOS INTERDISCIPLINARES DA PARTE DIVERSIFICADA (anexo 14)

Em 2018, a escola opta por trabalhar na **parte diversificada** do currículo nos anos finais três projetos interdisciplinares como componentes curriculares: PD1 - Leitura e Cidadania, PD2 - Agroecologia e Educação Ambiental e PD3 – Ética em todas as turmas dos anos finais, sendo o último em substituição à carga horária destinada ao Ensino Religioso caso não haja estudantes optantes por este componente curricular.

A comunidade entende que a escola deve proporcionar ensino laico e considera, portanto, que a educação religiosa é papel exclusivo da família ou das instituições por ela designadas (o que não inclui a Escola). Nesse sentido, os professores, em suas ações educativas, devem tratar das religiões que compõem o patrimônio imaterial da comunidade de forma isenta, levando os estudantes a refletirem sobre a história e o papel das instituições religiosas na vida em sociedade.

As festas religiosas serão abordadas numa perspectiva de reconhecê-las como manifestações culturais da cidade, do DF e do País e a espiritualidade e crenças contidas nelas serão objetos de respeito, sempre lembrando que, embora dados do IBGE revelem um país de maioria cristã, temos estudantes das mais diversas denominações religiosas, inclusive agnósticos. As religiões de matiz africana e indígena não podem ser ignoradas nesse processo e o trabalho do professor deve refletir uma

prática que condene toda e qualquer manifestação de intolerância religiosa e que promova o diálogo inter-religioso e a liberdade de expressão dos estudantes e suas famílias.

Os projetos interdisciplinares da Parte Diversificada de escolha da comunidade terão seus objetivos, justificativa e ações detalhadas no Plano de Ação dos Projetos Específicos (em anexo).

14.1. PROJETO PD1: LEITURA E CIDADANIA

Um ponto de grande contradição na sociedade contemporânea emerge ao se observar que, globalmente, se vive a era da complexidade enquanto, isoladamente, um aspecto de limitação do ser humano se faz presente: a dificuldade de compreender os códigos de sua língua, o que se traduz num empecilho para “ler o mundo” que está a sua volta e, conseqüentemente, se sentir parte dele.

Na busca de se apontar um caminho de possível interferência na realidade que se apresenta, com vistas à sua superação, acredita-se que o desenvolvimento do processo de leitura seja de fundamental importância na formação do homem durante toda a sua vida, não só na escola, como forma de estruturá-lo ao bom desempenho, mas, principalmente, para sua descoberta pessoal e sua formação integral.

Dessa forma, após ouvida a comunidade, o CEF Rio Preto adota como um dos componentes curriculares da parte diversificada da matriz curricular, o projeto interdisciplinar intitulado “Leitura e Cidadania” com carga horária de 1h/a semanal e ministrada em todas as turmas do ensino fundamental – anos finais.

O objetivo geral do projeto é despertar o prazer da leitura e aguçar o potencial cognitivo e criativo do estudante, além de promover o desenvolvimento do vocabulário, favorecendo a estabilização de formas ortográficas de modo a possibilitar o acesso aos

diversos tipos de leitura na escola, buscando efetivar enquanto processo a leitura e a escrita.

O projeto visa ainda estimular o desejo de novas leituras, possibilitando o exercício de produções orais, escritas e em outras linguagens e a oportunidade de alargamento dos horizontes pessoais e culturais, garantindo a sua formação crítica e emancipadora do estudante. Para que isso aconteça, serão trabalhados em salas textos de diversos gêneros textuais que abordem questões do cotidiano, valores, temáticas de cunho social, vida em sociedade, conectividade, álcool e drogas, protagonismo juvenil, comportamento, direito constitucional, direitos do consumidor, consumismo, trabalho voluntário, dentre outros assuntos.

14.2. PROJETO PD2: AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A agroecologia concebe o meio ambiente como um sistema aberto composto de diversos subsistemas interdependentes que configuram uma realidade dinâmica de complexas relações naturais, ecológicas, sociais, econômicas e culturais (HERRERO, *apud* COSTABEBER, 2012). Portanto, um sistema que está muito além das teorias funcionalistas onde o conflito ocupa um lugar dinamizador na evolução das sociedades e de seu meio ambiente, porque aponta para um vínculo essencial que existe entre o solo, a planta, o animal e o homem, abrindo as portas para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura ao “cortar pela raiz as distinções entre a produção do conhecimento e sua aplicação” e valorizar “o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade” (GLIESSMAN, 2005, p. 54).

A Educação Ambiental surge e se transforma, ao longo dessas últimas décadas, como proposta de educação para ajudar na resolução dos novos desafios colocados pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas neste final de século. Esse modelo de educação se constitui numa forma abrangente de educação, que se

propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente que procura inculcar no educando uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como crítica à capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais.

O atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios. Se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia a dia. Diante dessa constatação, surge a ideia do desenvolvimento sustentável, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e acabar com a pobreza no mundo. Dentro deste contexto, é clara a necessidade de mudar o comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável, a compatibilização de práticas econômicas e conservacionistas, com reflexos positivos evidentes junto à qualidade de vida a todos.

O objetivo do projeto não é apenas construir uma horta, mas a proposta de se ter uma na escola é também uma forma de integrar a comunidade às atividades cotidianas dos seus filhos. A construção de uma horta também permitirá que os estudantes estabeleçam parâmetros de uma boa alimentação, classificação dos vegetais e também a conscientização para a construção também de uma horta em casa. Assim, a escola estará exercendo também a sua função social. Em consonância com os temas integradores: “A Matemática está em tudo” e “Família, a base da cidadania” é possível integrar conceitos dos diversos componentes curriculares enquanto se cuida do meio ambiente e se produz alimentos.

O projeto interdisciplinar da parte diversificada intitulado: “Agroecologia e Educação Ambiental” terá carga horária de 1h/a semanal e será ministrado em todas as turmas do ensino fundamental – anos finais. Progressivamente, o projeto será ampliado para os anos iniciais e para a educação infantil.

14.3. PROJETO PD3: ÉTICA

A escola deseja transformar o cidadão que vive no mundo contemporâneo do imediato, imagético e sem fronteiras. Crianças e adolescentes, muitas vezes, possuem uma visão distorcida sobre limites, valores e direitos de cada um dentro da sociedade. O hábito do ouvir e do conversar, que permite a transmissão dos valores e costumes básicos necessários para uma boa convivência social, tem sido substituído por telas de computadores, notebooks e celulares. Com isso, valores entram em declínio e a sociedade torna-se um lugar de convívio difícil e desalentador.

O objetivo geral do projeto é vivenciar valores, aplicando na prática de situações do cotidiano um olhar crítico e ético, tomando decisões a fim de promover plenamente a cidadania.

A escola apresenta o projeto “Ética” com carga horária de 1h/a semanal em substituição ao Ensino Religioso para os estudantes não-optantes para todas as turmas do ensino fundamental: anos iniciais e finais.

No mundo de hoje, reforçar os valores éticos é fundamental para formar crianças e jovens que repudiem a injustiça, a corrupção, a desonestidade, a intolerância, o preconceito e ambicionem uma sociedade justa, solidária e comprometida com o bem comum.

15. EVENTOS

Constituem-se como eventos inerentes à vida escolar da comunidade do Núcleo Rural Rio Preto as ações realizadas na e pela escola com a participação dos estudantes e suas famílias. Por este caminho, este PPP apresenta os seguintes eventos como parte integrante da cultura da comunidade local.

A exemplo disso, o **Dia da Família na Escola** ocorre uma vez a cada bimestre. É uma atividade pedagógica com a presença das famílias. Nesse dia, os familiares tomam conhecimento do processo pedagógico da criança e do adolescente e participam da avaliação institucional. Este momento substitui a reunião de pais e dá voz às famílias, além de trazê-los para a sala de aula de modo a interagir com seus pupilos e também com os demais membros da comunidade escolar. É um dia letivo muito especial, pois agrega dois pilares da gestão democrática: participação e aprendizagem.

Nesse dia os pais, mães ou tutores participam de palestras, oficinas e aulas temáticas com profissionais da escola ou de outras instituições a fim de auxiliá-los no processo educativo de seus filhos. A SEDF garante o transporte para os responsáveis que não possuem veículo próprio neste dia por se tratar de uma escola do campo, conforme normas específicas.

15.1. Festa da Família

A Festa da Família é um momento rico de integração entre as famílias da comunidade e a escola. Não se trata apenas de uma homenagem por ocasião do dia das mães ou do dia dos pais, mas de um rico momento de interação cultural, no qual os estudantes apresentam aos pais projetos desenvolvidos na escola: danças, músicas, poesias, teatro, fantoche, pintura, dentre outras manifestações culturais trabalhadas na escola. A festa da Família ocorre no mês de outubro com temáticas definidas por cada turma e professor durante o planejamento da unidade didática referente ao período trabalhado.

15.2. Festa Junina

Comemorada durante os meses de junho e julho, a festa junina é uma das principais festividades populares do calendário brasileiro. Ela traz um retrato da diversidade do país através das comidas, danças, músicas e histórias típicas. Sua

riqueza cultural é tamanha que a festa tornou-se um evento tradicional no calendário escolar. Mas a festa junina não será realizada na escola apenas como um evento festivo, mas como uma atividade cultural e pedagógica.

A festa junina será realizada a partir de um tema cultural do país. Em 2018 optou-se por homenagear a o povo e a cultura camponesa. Assim, os professores e estudantes desenvolverão projetos com essa temática que levará a construção do ARRAIÁ DO CEF RIO PRETO: Sou caipira, sim sinhô!

Quando bem trabalhado em sala de aula, o festejo enriquece o repertório e favorece a integração da turma com a comunidade. Isso se dá através de atividades lúdicas e prazerosas que contribuem para o trabalho em equipe e, conseqüentemente, para o processo de socialização das crianças.

As apresentações culturais e artísticas que valorizam a cultura camponesa serão trabalhadas ao longo do segundo bimestre dentro da organização curricular da escola, já que o currículo não é trabalhado a partir de datas comemorativas, mas não pode deixar de reconhecer a tradição do povo brasileiro, de Brasília, de Planaltina e do Núcleo Rural Rio Preto. Nesse sentido serão abordadas as músicas,danças e comidas típicas da região que envolve camponeses do DF, GO, BA e MG.

15.3. Dia da Criança/ Dia do Estudante

Dia 11 de agosto é comemorado com os estudantes dos anos finais do ensino fundamental o Dia do Estudante, é comum a escola organizar a semana do estudante com atividades lúdicas, dinâmicas, passeios, torneios ou gincanas. A comemoração para o dia do estudante tem por objetivo discutir o papel do estudante e de seus direitos por meio de atividades lúdicas e de entretenimento.

Em outubro, por outro lado, comemora-se com os estudantes da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental o dia da Criança com atividades festivas, lúdicas e esportivas. Nesse dia, toda a escola se mobiliza para proporcionar um dia especial para as crianças como forma de se aprender brincando, aprender regras de convivência, esperar a vez e controlar a ansiedade, por exemplo.

15.4. Festa do Campo

A ser realizada em setembro ou outubro, a festa do campo é um evento da comunidade, realizado na escola, é aberta a todos. É um momento de lazer e interação entre os moradores da região e a escola. O intuito principal é trazer a comunidade para a escola por meio de uma ação festiva na qual poderão se apresentar grupos, artistas e agentes culturais da comunidade, numa forma de valorização da cultura local de modo a promover a cultura local.

15.5. Dia Nacional da Consciência Negra

O Dia da Consciência Negra é celebrado no Brasil no dia 20 de Novembro. Este dia está incluído na semana da Consciência Negra e tem como objetivo uma reflexão sobre a introdução dos negros na sociedade brasileira.

O dia 20 de Novembro foi escolhido como uma homenagem a Zumbi dos Palmares, data na qual morreu, lutando pela liberdade do seu povo no Brasil, em 1695. Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, foi um personagem que dedicou a sua vida lutando contra a escravatura no período do Brasil Colonial, onde os escravos começaram a ser introduzidos por volta de 1594. Um quilombo é uma região que tinha como função lutar contra as doutrinas escravistas e também de conservar elementos da cultura africana no Brasil.

Em 2003, no dia 9 de Janeiro, a lei 10.639 incluiu o Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar. A mesma lei torna obrigatória o ensino sobre diversas áreas da História e cultura Afro-Brasileira. São abordados temas como a luta dos negros no Brasil, cultura negra brasileira, o negro na sociedade nacional, inserção do negro no mercado de trabalho, discriminação, identificação de etnias, entre outros assuntos.

No CEF Rio Preto, a temática é trabalhada de forma interdisciplinar e inserida na Unidade Didática: “Nosso povo, nossa história”, mas no dia 20 de novembro, atendendo ao disposto na lei e no calendário escolar, a escola dinamiza o que foi trabalhado em sala de aula por meio de atividades coletivas: palestras, seminários, debates, exibição de filmes com discussão, entre outras ações.

15.6. Outros eventos

No que tange às festas de cunho religioso ou profano, a saber Páscoa, Carnaval e Natal, a escola não as abordará enquanto evento coletivo, por entender que a natureza laica da escola não permite que haja uma atividade na qual não estarão inseridos todos os alunos. Assim abordaremos a importâncias dessas manifestações culturais para a sociedade brasileira, mas não haverá na escola uma abordagem curricular em torno destas datas comemorativas.

Além dos eventos mencionados a escola realizará ainda, ao final do ano letivo as solenidades de formatura da educação infantil e do 9º ano do ensino fundamental, de acordo com planejamento a ser construído com a participação dos estudantes e suas famílias.

Valorizando os profissionais que trabalham na escola, no mês de outubro será realizada uma homenagem por ocasião do Dia do Servidor Público (28/10) e do Dia do

Professor (15/10), organizada pela Equipe Gestora e contando com a participação de todos os profissionais da escola e, quando possível, de suas famílias.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se até aqui o texto definitivo, mas não final do Projeto Político-Pedagógico CEF Rio Preto: escola de leitores. Não é o final porque o presente projeto é um texto vivo que tenta expressar em palavras um conjunto de ações, comportamentos, sentimentos e ideais que envolve o dinâmico processo do “fazer pedagógico”. Todos os dias estaremos elaborando, executando e avaliando nossas ações em busca do sucesso escolar dos estudantes. Assim este não é o texto final, mas o inicial, é ele que nos permitirá a constante reconstrução do planejamento que visa a garantia das aprendizagens a todos os estudantes.

Este documento representa a vontade coletiva do Centro de Ensino Fundamental Rio Preto, a identidade desta comunidade escolar. Assim, procurou-se expressar neste documento tudo o que foi apresentado, discutido, avaliado, aprovado e registrado como essência do trabalho desenvolvido nesta escola.

A equipe de sistematização tentou até aqui fazer o registro da reelaboração do Projeto Político-Pedagógico 2018/2019, mas reconhece que a cada leitura feita pelos sujeitos do processo educativo haverá sempre contribuições a serem feitas e correções a serem observadas.

Este é o PPP do Centro de Ensino Fundamental Rio Preto!

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Educação infantil. **Parâmetros em ação**. Brasília. MEC/SEF, 1999.

_____. MEC/SEB. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. 9.394/96. Brasília, 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries)**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

COSTABEBER, J. A; CAPORAL, F. R. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. In: VELA, H (Org.): Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

DIAS, Gilmar. **A Dimensão Política do Projeto Político-Pedagógico: Rumo à Autonomia Política e Pedagógica da Escola Pública**. Universidade Tuiuti do Paraná, 2003.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal**. SEE-DF. Brasília, 2014.

_____. **Diretrizes de Avaliação Educacional Triênio 2014 – 2016**. SEE-DF. Versão Preliminar, Brasília, 2014.

_____. **Diretrizes Pedagógicas 2009/2014**. SEE-DF, 2009.

_____. **Projeto Político-Pedagógico: Professor Carlos Mota**. SEE-DF, 2012.

_____. **Diretrizes Pedagógicas do Segundo Ciclo**. SEE-DF, 2014.

_____. **Orientação Pedagógica do PPP e da Coordenação Pedagógica nas Escolas**. SEE-DF, 2014.

_____. **Orientações Pedagógicas para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.** Subsecretaria de Educação Básica/Coordenação de Educação em Diversidade. Brasília, 2012.

_____. **Plano Distrital pela Primeira Infância.** Secretaria da Criança. Brasília, 2013.

_____. **Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota, SEE-DF, 2012.**

_____. **Resolução nº 01/2012 – CEDF.**

FERNANDES, Domingos. **Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas.** 1 ed. São Paulo: UNESP, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GUARÁ, I. M. **É imprescindível educar integralmente.** In: CENPEC. Educação integral. São Paulo, 2006. p. 15-24. (Cadernos Cenpec, n. 2).

LIBÂNEO, José Carlos (org.) **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2007.

LÓPEZ, Jaume Sarramona. **Educação na família e na escola: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 2000.

MARQUES, CARLOS ALBERTO. *Integração: uma via de mão dupla na cultura e na sociedade*. In: Org. MANTOAN, MARIA TERESA EGLÉR et al. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon Senac, 1997.

MOREIRA, L. C.; BAUMEL, R. C. R. C. **Currículo em educação especial**. Educar, Curitiba, n. 17, p. 125-137. 2001. Editora da UFPR

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico: Conceitos Metodologia Práticas**. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OUTEIRAL, J., CEREZER, C. **O mal-estar na escola**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora REVINTER Ltda., 2003.

PEREIRA, Ricardo A. Artigo: **É preciso valorizar a história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares**, publicado em 2010 no Blog Temas da Educação, acesso em abril/2018.

PETITAT, André. **A escola e a produção da sociedade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. In: Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, RS: UFRGS. Jul/dez. Pp. 21-30, 1989.

_____. **Produção da escola/produção da sociedade: análises sócio-históricas de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente**. Trad. Eunice Gruman. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1994.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da Educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. IN: Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ANEXOS

- 1. Conselho de Classe Participativo (Roteiro e Ata)**
- 2. Avaliação Institucional**
 - Instrumento 1: aplicado aos estudantes**
 - Instrumento 2: aplicado aos profissionais da educação**
 - Instrumento 3: aplicado às famílias.**
- 3. Plano de Ação de Reelaboração do PPP**
- 4. Plano de Ação da Coordenação Pedagógica**
- 5. Plano de Ação do Coordenador Pedagógico**
- 6. Plano de Gestão**
- 7. Plano de Ação do Serviço de Orientação Educacional**
- 8. Plano de Ação do Atendimento Educacional Especializado**
- 9. Plano de Ação do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem**
- 10. Plano de Ação da Sala de Leitura**
- 11. Plano de Ação do Laboratório de Informática**
- 12. Plano de Trabalho dos Professores Readaptados**
- 13. Síntese dos Projetos Específicos**
- 14. Síntese dos Projetos Interdisciplinares da Parte Diversificada**
- 15. Organização Curricular da Educação Infantil**
- 16. Organização Curricular dos Anos Iniciais**
- 17. Organização Curricular dos Anos Finais**
- 18. Fotos**